

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

HAVANA MARIA RIBEIRO ALVES

**A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ E O REFORMISMO: UM ESTUDO A PARTIR
DA PASSAGEM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CENTRALIDADE
DA POLÍTICA**

**MACEIÓ
2015**

HAVANA MARIA RIBEIRO ALVES

**A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ E O REFORMISMO: UM ESTUDO A PARTIR
DA PASSAGEM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CENTRALIDADE
DA POLÍTICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Edlene Pimentel
Santos

MACEIÓ

2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

- A474s Alves, Havana Maria Ribeiro.
 A Social-democracia alemã e o reformismo: um estudo a partir da
 passagem da centralidade do trabalho para centralidade da política /
 Havana Maria Ribeiro. – 2015.
 83 f.
- Orientadora: Edlene Pimentel Santos.
 Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
 Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em
 Serviço Social. Maceió, 2015.
- Bibliografia: f. 80-83.
1. Social-democracia. 2. Segunda Internacional. 3. Movimento
 Comunista. 4. Reformismo. 5. Centralidade do Trabalho. I. Título.

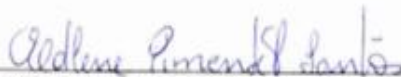
CDU: 364.12

Folha de Aprovação

HAVANA MARIA RIBEIRO ALVES

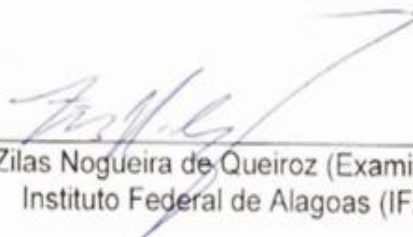
**A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ E O REFORMISMO: UM ESTUDO A PARTIR
DA PASSAGEM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CENTRALIDADE
DA POLÍTICA**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas e aprovada em 30 de novembro de
2015.



Prof.^a. Dra. Edlene Pimentel Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Banca Examinadora



Prof. Dr. Zilas Nogueira de Queiroz (Examinador Externo)
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)



Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aos trabalhadores!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa feliz e injusta. Injusta, pois, pela necessidade de ser sucinta, sempre deixo de contemplar pessoas importantes. Certa que não sairei isenta dessa injustiça nessa feliz tarefa, registro aqui minha gratidão.

Começo agradecendo aos queridos amigos de Maceió, os quais me receberam com um aconchego capaz de suportar a saudade do Cariri. Destaco aqui alguns: *Sandra Sena, Valber Elias, Belinha, Mirelle Camargo, Samuel, Ortência Peixoto, Renata Cruz*, dentre tantos outros – que mesmo não mencionados aqui, em algum momento dessa caminhada me ofertaram sua amizade. Minha sincera gratidão.

À *Manuella Aragão*, pela solicitude desde minha chegada até a despedida de Maceió. Agradeço também pela amizade e pelo afeto construído ao longo desse tempo.

Aos companheiros de turma de mestrado, em especial aos camaradas *Cléo Ricardo e Virgínio*, pelos “cafés ontológicos” que nos uniram e pelas discussões que sempre nos levavam a revisão de concepções “prontas e acabadas”.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

À *Edlene Pimentel*, orientadora e companheira ao longo dessa caminhada, agradeço pelos ensinamentos – sempre de grande valia.

Aos camaradas da banca examinadora: *Artur Bispo e Zilas Nogueira*, pela prontidão em que aceitaram o convite e pelo engajamento nas lutas dos trabalhadores.

Ao *Francisco Teixeira*, ao lado de quem, ainda na graduação, dei os primeiros passos na pesquisa e muito aprendi. Agradeço pela amizade que ultrapassou a universidade e nos une até hoje.

Aos alunos da Universidade Regional do Cariri, com quem no cotidiano, mais aprendo que ensino.

Aos queridos amigos do Cariri: *Nayara Santos, Camilla Torres, Germeson Pereira, Alexsandro Cavalcante e Glaucia Oliveira*. Cada um, ao seu modo, teve contribuição em cada linha aqui escrita.

À minha mãe, *Meire Ribeiro*, por todo amor que me dedica – amor que só uma mãe consegue dedicar e à memória daquele que, desde muito cedo, me instigou a não olhar o mundo com as lentes da conveniência: *Mário Alves*, meu pai. Agradeço pela vida.

Não satisfeita em me presentear com pais maravilhosos, a vida me concedeu dois presentes de igual magnitude: *José Ribeiro*, meu tio - a quem certamente herdei a paixão por livros - dedico um amor de pai; e *Rosana Maria* - tia, madrinha e quase mãe, sempre ao meu lado, apoiando e incentivando em todos os momentos.

Ao meu querido irmão *Alvinho*, pelo eterno amor que nos une e a minha cunhada *Patrícia*, pelo carinho de sempre. À *Maria Valentina*, agradeço pelo olhar suave de criança que, mesmo ainda tão pequena, me desperta um amor grandioso e a esperança de um mundo melhor.

À *Vitória*, agradeço pelo apoio em dias difíceis, pela felicidade compartilhada no passar dos nossos dias e pelo amor que nos deixa em constante “estado de poesia”.

Aos queridos que de alguma maneira não contemplei aqui: gratidão!

Se eu não me queimo
Se tu não te queimas
Se nós não nos queimamos
Como as trevas se tornarão claridade?

Nazim Hikmet

RESUMO

A presente dissertação realiza uma reflexão teórica acerca da tendência reformista que se insere no interior da Segunda Internacional Comunista. Para tanto, reafirma a centralidade do trabalho em Karl Marx e analisa a passagem da centralidade do trabalho para a centralidade da política, um giro inaugurado pela “via reformista ao socialismo”, da qual a social-democracia alemã é a mais conhecida expressão. Reafirmando ainda o papel negativo da política com base nas obras de juventude de Marx e, nessa direção, analisa o processo de constituição e consolidação da alternativa social-democrata, compreendendo a dinâmica do movimento político que leva a implementação da Segunda Internacional bem como, investigando os nexos causais que indicam a essência das transformações do capitalismo nesse período histórico – a saber: a tendência à concentração e centralização de capital e sua entrada na fase dos monopólios. Aborda, ainda, a inserção da tendência reformista no movimento operário no decorrer da Segunda Internacional, para tanto examina a vulgarização que o marxismo sofre, no interior desse movimento, pelos principais teóricos social-democratas: Karl Kautsky e Eduard Bernstein. Assim, fazendo um resgate histórico-crítico do conceito de “Estado de Bem-Estar Social” em suas categorias centrais chega ao seu solo fundante: a extração de mais-valia relativa. Nesse sentido, analisa um segmento privilegiado no seio do operariado, a *aristocracia operária*. Por fim, aponta para a ineficácia da alternativa social-democrata em direção ao socialismo.

PALAVRAS-CHAVE: Social-democracia; Segunda Internacional; Movimento Operário; Reformismo; Centralidade do Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation makes a theoretical reflection about the reformist trend that fits within the Second Communist International. To this end, it reaffirms the centrality of work in Karl Marx and analyzes the passage of the centrality of work for the centrality of politics, a spin inaugurated by "reformist socialism", which the German social democracy is the best-known expression. Recalling also the negative role of politics based on Marx's early works, and in this direction, analyzes the process of formation and consolidation of the social democratic alternative, understanding the dynamics of the political movement that leads the implementation of the Second International as well, investigating the causal links that indicate the essence of capitalism transforms this historical period - namely the tendency towards concentration and centralization of capital and its entry into the stage of monopoly. Addresses also the inclusion of the reformist trend in the labor movement during the Second International, for that examines the vulgarization that Marxism suffered, within that movement, the main social democratic theory: Karl Kautsky and Eduard Bernstein. Thus, making a historical-critical rescue of the concept of "State of Social Welfare" in its core categories reaches its founding soil: the extraction of relative surplus value. In this sense, it analyzes a privileged segment within the working class, the labor aristocracy. Finally, points to the ineffectiveness of the social democratic alternative in the direction of socialism.

KEYWORDS: Social democracy; Second International; Labor movement; reformism; Centralization of Labor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAV	Associação Geral dos Trabalhadores Alemães
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
SDAP	Partido Social- Democrata dos Trabalhadores
SDP	Partido Social Democrata da Alemanha

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	PASSAGEM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CENTRALIDADE DA POLÍTICA.....	15
1.1	A Centralidade do Trabalho em Marx	15
1.2	A Negatividade da Política.....	25
2	A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ E O REFORMISMO	30
2.1	Fundamentos socio-históricos da Social-Democracia	31
2.2	Bases materiais do surgimento da social-democracia	43
2.3	A Social-Democracia Alemã na Segunda Internacional	48
3	A INEFICÁCIA DA ALTERNATIVA SOCIAL-DEMOCRATA NA RUPTURA COM A ORDEM DO CAPITAL.....	61
3.1	O Reformismo e o “Estado de Bem-Estar Social”	64
3.2	Aristocracia Operária e sua Aliança de Classe com o Capital	72
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

A história do movimento operário é uma discussão ainda silenciada nas universidades brasileiras. Esse silêncio, em larga medida, deve-se ao fato da produção de conhecimento em âmbito universitário colocar-se, cada vez mais, visceralmente ligada aos interesses de reprodução do capital.

Propomos-nos ir contra essas perspectivas e pesquisas, e dessa forma estabelecemos investigar o processo histórico da luta entre capital e trabalho a partir da emergência da social-democracia na Alemanha. Para tanto, examinamos o abandono da perspectiva revolucionária do movimento operário e a crença no Estado como um instrumento de transformação radical da sociedade, processo que finca suas raízes na passagem da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Esse estudo apresenta três partes inter-relacionadas, apresentadas em forma de capítulos. Realiza-se mediante pesquisa bibliográfica de teor fundamentalmente teórico, consistindo na exposição dos pressupostos analíticos que subsidiarão a apreensão do objeto de pesquisa por nós delimitado.

Iniciamos o estudo em tela com a análise acerca da centralidade do trabalho. Reafirmar a centralidade do trabalho significa reafirmar que, a classe trabalhadora como produtora da riqueza material, guiará o processo revolucionário.

Para tanto, analisamos *a priori* o trabalho primeiro em seu caráter originário, ou seja, como uma atividade orientada a um fim, ou se quisermos, uma atividade produtora de valores de uso. Lukács destaca as dificuldades dessa análise:

(...) nos propomos apenas em fixar o caráter originário do trabalho, deixando para análises ulteriores as suas formas mais desenvolvidas e complexas que surge no pôr econômico-social do valor de troca e nas inter-relações entre este e o valor de uso. É certamente difícil manter sempre com coerência esse nível de abstração, no sentido marxiano” (LUKÁCS, 2013, p. 77).

Partimos, portanto, da análise do trabalho como fundamento do ser social para em seguida analisá-lo em suas *formas mais desenvolvidas e complexas*: a formação de valor e a relação entre valor de uso e valor de troca no processo de trabalho. Assim, nossa análise se dá a partir do deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Para tanto, reafirmamos a tese da negatividade da política com base nas obras de juventude de Marx. Argumentamos que a política não pode acabar com os *males sociais*, pois as consequências do conflito capital *versus* trabalho que recaem sob os trabalhadores não podem ser efetivamente solucionadas com “boa vontade política” tampouco com uma “boa administração dos recursos do capital”. É necessário, portanto, dimensionarmos os limites da emancipação política (única emancipação possível na ordem vigente).

Analisamos o Estado (um complexo da reprodução social) vinculado do seu solo fundante, a economia. Somente respaldados por uma análise que articule ontologicamente essas duas instâncias, podemos perceber que uma mudança de funcionalidade do Estado - ditada sempre pela busca de uma maior amplitude na reprodução de capital – não consegue encobrir sua natureza de *comitê executivo da classe dominante*.

No segundo capítulo nos debruçamos no nosso objeto de estudo de forma mais consistente ao analisar o reformismo no interior da social-democracia, demonstrando como essa tendência dita os rumos da Segunda Internacional Comunista. O exame da emergência e consolidação do modelo social-democrata se dá a partir de dois pontos centrais: o primeiro são os seus fundamentos sócio-históricos, a saber: a Primeira Internacional Comunista, primeira tentativa de organização dos trabalhadores a nível mundial, a qual se deu sob a liderança política e intelectual de Marx e teve a Inglaterra como palco. O segundo ponto central são as bases materiais do surgimento da social democracia: o aumento do processo de concentração e centralização de capitais e a entrada do capitalismo na sua fase monopolista. Nesse momento nossas análises respaldam-se teoricamente nos escritos de Karl Marx e István Mészáros.

O modelo social-democrata surge nos países capitalistas ocidentais a partir dos últimos vinte e cinco anos do século XIX. Na Alemanha, o congresso em Gotha, realizado em 1875, é responsável pela unificação dos dois principais partidos socialistas do país em torno do Partido Social-Democrata (SDP). Nesse mesmo Congresso, demarca-se a política reformista como linha partidária, estabelecendo o parlamento como central para as conquistas da classe trabalhadora. Como o SDP torna-se o eixo da Segunda Internacional Comunista (1889-1914), a tendência reformista se destaca e adquire crescente influência no interior desse movimento. Karl Kautsky e Eduard Bernstein, os teóricos mais influentes da social-democracia,

ao “revisarem” a obra de Marx de forma “vulgar”, estabelecem a difusão dos frutos dessa vulgarização na organização dos trabalhadores no decorrer da Segunda Internacional, mas não sem resistência teórica. Rosa de Luxemburgo, em *Reforma ou Revolução*, demonstra as fragilidades teóricas dos teóricos revisionistas social-democratas.

Finalmente, a argumentação do Terceiro Capítulo centra-se na análise acerca do “Estado de Bem-Estar social” e da aristocracia operária e, com base nessa argumentação, demonstrar a ineficácia do modelo social-democrata no que se concerne à ruptura com a ordem do capital. Concebemos o “Estado de Bem-Estar Social” conforme a análise de Sérgio Lessa, como um *falso socialmente necessário*, o qual surge com uma aparência de verdadeiro para escamotear sua essência. A essência do surgimento do “Estado de Bem-Estar Social”, por sua vez, está na tentativa do capitalismo de conter uma tendência que a constitui: tendência à queda da taxa de lucro. Veremos ao longo do texto que toda tendência constitutiva do movimento do capital é acompanhada de uma contratendência. A contra-tendência que acompanha a queda da taxa de lucro é o aumento da exploração da força de trabalho.

É a partir do exaurimento do conceito de “Estado de Bem-Estar Social” em todos os seus nexos que chegamos ao seu solo fundante: a extração de mais-valia relativa. A partir de então passamos à análise de um segmento privilegiado no seio do operariado, com melhores salários e dispostos a negociar com o capital, denominados por Lenin de *aristocracia operária*. Adam Przeworski, principal teórico ligado a aristocracia operária, postula que “a social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo” e que “os Partidos Reformistas têm recebido o apoio dos trabalhadores.” (PRZEWORSKI *apud* LESSA, 2013, p 198). Para este autor, “a social-democracia é a única força política da esquerda que pode demonstrar um volume de reformas a favor dos trabalhadores.” ((PRZEWORSKI *apud* LESSA, 2013, p 198).

O reformismo no interior da social-democracia alemã não é uma polêmica encerrada em seu tempo. A escolha do parlamento como *lócus* da luta contra o capital ressoa na organização dos trabalhadores até os dias atuais. Portanto, a investigação desta temática se torna relevante para o debate teórico do Serviço Social, pois a concepção de um Estado neutro que ora defende os interesses da

classe dominante e ora defende os interesses da classe trabalhadora, se torna muito presente nos debates teóricos da profissão.

Por fim, traremos a discussão dos limites das melhorias nas condições materiais da classe trabalhadora. Argumentamos que, mesmo que uma parcela maior da mais-valia produzida pelo trabalhador flua para ele em forma de aumento de salário, isso não diminui sua dependência em relação ao capital e sequer colocam em xeque a continuidade da reprodução ampliada de capital. É nesse sentido que argumentamos a ineficácia do modelo social democrata na busca por romper com a ordem do capital.

Dessa maneira, espera-se, por meio deste estudo, contribuir significativamente com o debate crítico acerca das teses reformistas, teses estas que, a nosso ver, são um verdadeiro empecilho para uma crítica revolucionária à sociedade burguesa.

1 PASSAGEM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA A CENTRALIDADE DA POLÍTICA

As categorias são formas de ser, determinação da existência
Karl Marx.

Percebemos que na base da discussão que alicerça o surgimento da social-democracia está uma interpretação politicamente enviesada da teoria de Marx. A tendência reformista que se instala movimento operário, notadamente a partir do último um século e meio da história, fez com que a obra de Marx perdesse o seu caráter central. Falar da perda do caráter central da obra marxiana é nos remetermos à perda da centralidade do trabalho.

O aspecto principal da crítica à via reformista para o socialismo (processo típico da social-democracia) é atribuir a política o papel de regente, de protagonista, na luta pelo socialismo, desconsiderando, assim, o eixo que estrutura o pensamento de Marx: o homem em seu processo de autoconstrução. Há, nesse sentido, um nítido deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política. O fio condutor desse deslocamento só pode ser entendido a partir da discussão da centralidade do trabalho em Marx.

1.1 A Centralidade do Trabalho em Marx

Em várias obras – *Ideologia Alemã*, *O Capital*, *Manuscritos Econômicos Filosóficos* - Marx deixa claro que o trabalho é o fundamento do ser social e o único ato capaz de fazer a mediação entre o ser natural e o ser social.

Nossa discussão, *a priori*, consiste em expor o trabalho enquanto *intercâmbio orgânico do homem com a natureza*, noutras palavras, *o trabalho enquanto condição essencial da vida humana*, ou ainda, se quisermos, enquanto produtor de valores de uso. Nesse processo, o homem transforma a natureza, também se auto-transformando, e, como o processo de trabalho é um processo histórico, cria sempre novas situações que se desencadeiam em novas possibilidades.

Sendo o trabalho o *fundamento ontológico do ser social*, ele é a base de qualquer mudança na forma de sociabilidade. Com intuito de nortear introdutoriamente a discussão, nos parece relevante utilizar as palavras pelas quais

Marx (1985a) define o “trabalho enquanto um processo entre o homem e a natureza”, como uma atividade historicamente determinada. Em sua perspectiva:

(...) O trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1985a, p 149)

Dessa forma, ao atuar por meio da natureza o homem se modifica e, num processo concomitante, modifica a natureza. Ao final do processo trabalho, obtém um resultado material daquilo que previamente idealizou. Nessas condições, Marx atribui o trabalho como pertencente exclusivamente aos homens, ao *mundo dos homens*. Haja vista que

o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX, 1985a, p 149-150)

Os elementos simples constitutivos do processo de trabalho, argumenta Marx (1985a), são os objetos e meios de trabalho, bem como a vontade orientada a um fim¹. Dos objetos de trabalho, a terra (incluindo a água) é o principal deles, já que são indispensáveis para os elementos do processo de trabalho. Ademais “objetos de trabalho são todas as coisas que o trabalho só desprende sua conexão direta com o conjunto da terra” assim sendo, toda matéria-prima também é objeto de trabalho, haja vista que é fruto de trabalho anterior, ou, nas palavras de Marx, “experimentou uma modificação mediada pelo trabalho.” (MARX, 1985a, p. 150).

Por meio de trabalho, Marx (1985a) entende “uma coisa, ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto de trabalho, conduzindo sua atividade sobre o objeto” (p 150). Assim, quando o homem, enquanto ser social, idealiza algo em mente, ele necessita utilizar propriedades - sejam elas químicas,

¹ “Considerando o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo.” Mas, atenção! Isso ainda não é tudo. Que o leitor não se apresse, essa discussão é feita de forma, acreditamos, esclarecedora, no último item desse estudo.

físicas ou mecânicas - para atuar como meio de poder sobre outras coisas a fim de objetivar tal idealização, isto é, materializar o que até então era idéia².

Dessa forma, durante o processo de trabalho, é através do meio de trabalho que o homem transforma o objeto de trabalho de acordo com sua previa-ideação, ou da sua *vontade orientada a um fim*. O resultado desse processo é o produto. Assim, trabalho e objeto se fundem. Nas palavras de Marx (1985a), “o trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (p 151) e o produto obtido pelo homem através do processo de trabalho é um valor de uso, “uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma”. (p 151)

Com efeito, para que o trabalho seja representado em mercadoria ele deve ter um valor de uso. Sobre isso Marx tem algo a nos dizer:

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho e o meio de produção daquele. (MARX, 1985a, p 151)

Dessa forma ele nos esclarece que os produtos, à medida que são resultados, são também condição do processo de trabalho. Contudo, acreditamos que essa análise deve ser feita de forma mais compassada.

Um produto, fruto de trabalho objetivado, pode tornar-se, novamente, matéria prima para fabricação de outro produto incorporando aquele produto. Além disso,

O fato do valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com as mudanças dessa posição, variam essas determinações (MARX, 1985a, p 152)

Dessa forma, quando adentra em um novo processo de trabalho enquanto meio de produção, os produtos perdem seu caráter de produto. A partir de então funcionarão como *fatores objetivos do trabalho vivo*. Ora, se além de resultado, o produto é também condição de existência para o processo de trabalho, por outro lado, diz Marx (1985a) “é a introdução do produto no processo de trabalho, isto é,

² Cabe aqui salientar que, para Marx “o objeto de trabalho o qual o trabalhador se apodera diariamente não é objeto de trabalho, mas sim, meio de trabalho.” (MARX, 1985, p 150)

seu contato com o trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valor de uso”. (p 152)

O processo de trabalho a partir dos seus elementos simples é *uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso* e como *intercâmbio do homem com a natureza* visando à satisfação das necessidades humanas. Portanto, nesse item o trabalho é analisado como *condição natural eterna da vida humana*, comum, portanto, a todas as formas de sociedade.

Marx explicita que “a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle” (p 149). Por isso, no primeiro item do “capítulo V”, este autor analisa *a priori* o processo de trabalho independente de qualquer forma social determinada. Contudo, é inegável que o trabalho no âmbito da sociedade capitalista possui características que lhe são peculiares, o conceito universal de trabalho “independente de sua forma histórica” é claramente tido como insuficiente para Marx. Nesse sentido Lessa (2011) acrescenta que “apoiar a crítica do sistema do capital tão somente nas determinações universais do trabalho não possibilitaria levar em conta muitas das peculiaridades essenciais do capitalismo.” (p. 149). A pretensão das próximas linhas é contemplar *as peculiaridades essenciais do capitalismo* no que se concerne ao processo de trabalho.

Com a subsunção do trabalho ao capital instaurada pela sociedade burguesa, temos a transformação do modo de produção. Ora, se no modo de produção feudal, os servos, enquanto classe dominada, ficavam com parte do que produziam, no capitalismo essa relação assume outras proporções. Os donos dos meios de produção impelem o operário a produzir a riqueza dele [capitalista] e toda a riqueza social.

O processo de trabalho enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, para o autor em estudo, mostra dois fenômenos peculiares: o trabalhador trabalhar sob o controle do capitalista, a quem inclusive, pertence o seu trabalho, é o primeiro; e dele desencadeia o segundo, a saber: a propriedade do produto é do capitalista e não do produtor direto.

O capitalista, por sua vez, enxerga o processo de trabalho apenas como consumo da mercadoria que ele comprou - a força de trabalho. O valor de uso dela o pertence. À medida que faz o vendedor desta mercadoria trabalhar, desfruta da utilidade da mercadoria que comprou. A partir de então, o capitalista faz uma

simbiose entre coisas que lhe pertencem: adiciona trabalho aos elementos constitutivos do produto (haja vista que ele, capitalista, só pode consumir a força de trabalho outrora comprada se acrescentar a ela meios de produção). Nesse sentido, são oportunas as palavras em que Marx (1985a) ao classificar o processo de trabalho como “um processo entre coisas que o capitalista comprou”. (p 154)

Diante do exposto, trataremos agora o processo de trabalho imbricado ao processo de formação de valor. Continuaremos vinculando nossa análise às peculiaridades que o modo de produção capitalista traz consigo, pretendendo, outrossim, aprofundá-las.

Vimos que o produto - fruto do processo de trabalho é, além de propriedade do capitalista, um valor de uso. O capitalista, argumenta Marx (1985a), não tem uma relação de amor com o valor de uso que produz, o produz apenas quando e porque ele é portador de valor de troca. Noutras palavras, o capitalista busca produzir mercadorias que possuam valor de troca maior do que a soma das mercadorias, meios de produção e força de trabalho necessária para produzi-las. Assim sendo, a produção do valor de uso por si só não revela a essência capitalista. Tal essência consiste em produzir não só a mercadoria, mas sim, valor e mais-valia.

No segundo tópico do *capítulo V* de *O Capital*, Marx contempla o processo de produção também como um processo de formação de valor e esclarece que “o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção.” (MARX, 1985a, p 155). O tempo de trabalho socialmente necessário, por sua vez, está no valor de uso do produto fabricado, mas não apenas nele, está também nos valores de uso dos meios de produção, que são frutos de trabalho passado. Imaginemos a fabricação de fios, tendo o algodão como matéria-prima e o fuso como meio de trabalho para fabricação do fio. Para Marx:

O tempo de trabalho exigido para a produção de algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado. (MARX, 1985a, p 156)

Com efeito, todo o trabalho contido no fio é trabalho passado e compõe o *tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção*, pois o “fato do

algodão e do fuso, ao invés de ficarem parado um do lado do outro, se unirem num processo de fiação (...) não afeta o seu valor” (MARX, 1985a, p. 156). Portanto, os valores dos meios de produção integram o valor do produto.

Sinalizamos que os meios de produção integram o valor do produto, mas é relevante que se frise: eles por si só não podem formar valor. Apenas o trabalho humano é formador de valor, isto é, fonte de valor. Ainda subsidiados no exemplo acima, podemos verificar que o algodão e os fusos, os quais servem de meios de subsistência no processo de fiar, sozinhos (queremos dizer: fora do processo de trabalho) não se transformariam em fio.

Consideremos ainda a produção de fios, tal qual como fez Marx em *O Capital*, para ilustrarmos o processo de formação de valor, no qual uma mercadoria é trocada por seu equivalente.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma 1 2/3 libra de algodão em 1 2/3 libra de fio, então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de 3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins. Vejamos agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam 2 1/2 dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e 1/2 dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence. (MARX, 1985a, p 158-159)

Vejamos que o produto final tem o mesmo valor do capital adiantado para sua produção. O capitalista não entende como isso pode acontecer! Valor contra valor: onde ficaria seu lucro? Ora, já que não obteve lucro na esfera da produção, poderia ele vender essa mercadoria acima de 15 xelins e retirar seu lucro da esfera da circulação? Teixeira (1995) demonstra que não, pois “se ele vende [a mercadoria] acima do seu valor, todos os outros capitalistas o imitarão, e aí o que ele ganha como vendedor perde como comprador.” (TEIXEIRA, 1995, p 138).

No entanto, o capitalista consegue encontrar uma saída para esse - digamos que - impasse. Ele prolonga a jornada de trabalho além do tempo necessário para sua reprodução, fazendo com que o dinheiro que ele havia injetado na produção, se valorize – portanto, se transforme em capital; portanto, gere mais-valia.

Vejamos: no valor de um dia de força de trabalho está objetivada meia jornada de trabalho, haja vista que Marx (1985a) a coloca como suficiente para custear os meios de subsistência necessários para reproduzir diariamente a força de trabalho. Ora, o capitalista pagou pelo valor de uso de um dia de trabalho, portanto a utilização daquela mercadoria durante o dia, obviamente, lhe pertence. Se, conforme dito anteriormente, a manutenção da força de trabalho custa meia-jornada de trabalho e, no entanto, ela pode operar uma jornada inteira (e por isso, cria o dobro do seu próprio valor de um dia), na análise de Marx (1985a) não temos uma violação das leis de intercâmbio de mercadorias, haja vista que está sendo pago o tempo de trabalho socialmente necessário a sua reprodução. Mas isso ainda não é o todo do processo.

Por ora queremos dizer: ao comprar a mercadoria força de trabalho o capitalista percebe que há uma diferença superavitária no que se concerne ao valor dessa mercadoria em si quando comparado ao valor dessa mercadoria no processo de trabalho. Essa diferença superavitária dá-se devido a sua capacidade de produção.

Para criar valor, no entanto, a força de trabalho tem que funcionar em condições normais. Uma máquina que não funciona corretamente faria, por exemplo, com que o trabalhador precisasse mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria e, evidentemente, esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. Outra condição é “o caráter normal da força de trabalho: no ramo que se aplica, deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez” (MARX, 1985a, p 195). Acerca disso, nem o mais ingênuo dos leitores deixaria de perceber que o capitalista não compraria força de trabalho sem os predicativos supracitados, haja vista temer o desperdício de qualquer tempo de trabalho.

Outrossim, não deve haver nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meio de trabalho, ambos quando desperdiçados representam uma quantidade de trabalho objetivado desperdiçado, e que portanto não entrariam no produto da formação de valor. Sobre esse aspecto, o autor de *O Capital* argumenta que o

capitalista possui um “código penal”³ próprio, noutras palavras: mecanismos de coerção, para que matéria-prima e meios de trabalho não sejam desperdiçados. Sua propriedade útil, diz Marx (1985a), é uma condição indispensável, pois o trabalho para criar valor deve ser despendido em forma útil.

Percebemos no avançar da argumentação de Marx que já não se trata mais da qualidade ou da natureza do trabalho, como vimos no item anterior, mas sim de sua quantidade. O autor de *O Capital* esclarece:

Durante o processo de trabalho, o trabalho se dispõe continuamente de forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado quantum de fio, portanto, determinado quantum de trabalho, 1 hora de trabalho está objetivada no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui como dispêndio de força de trabalho e não enquanto valor específico de fiação. (MARX, 1985a, p 157)

Assim sendo, é imprescindível que a partir de agora, durante o processo de trabalho, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido, pois somente ele conta como formador de valor. Temos assim que o valor de uso específico da mercadoria força de trabalho é fonte de valor e de mais-valor. Ocorre que o valor de uso da força de trabalho do trabalhador não o pertence, ou como afirma Marx “o pertence tão pouco quanto o valor de uso do óleo vendido pertence a seu vendedor.” (MARX, 1985a, p 160)

Portanto, na análise de Marx (1985a), o processo de valorização ocorre quando o processo de formação de valor ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capitalista é substituído por *novo equivalente*. Se não consegue ultrapassar esse ponto – ou seja, se não é capaz de transformar dinheiro em capital, não é processo de valorização, é apenas formação de valor, ou processo simples de formação de valor. É a partir do prolongamento do processo de valor – leia-se: processo de valorização do valor - que há produção de mais-valia.

Temos, portanto, que o processo de valorização está imbricado ao processo de produção capitalista, noutras palavras, a forma em que o capitalismo produz mercadorias. O trabalho se constitui na base material da transição do capitalismo para o comunismo, portanto, a construção da sociedade comunista perpassa,

³*Codepénal*, se quisermos ser fiel a expressão - em alemão - utilizada por Marx em sua obra.

inevitavelmente, pela mudança na forma de trabalho: a entrada em cena do trabalho associado⁴.

É elementar estabelecermos essa análise haja vista que, a social-democracia, ao deslocar a perspectiva central do trabalho, também desloca o trabalho enquanto instância formadora de valor, propondo uma superação do capitalismo não rompendo com essas instâncias. Sabemos que na produção capitalista o processo de trabalho é, tão somente, um meio para o processo de valorização e que a acumulação de capital consiste na constante reconversão da mais-valia em capital. Importante destacar que processo de produção de mercadorias é também processo de reprodução do capital, portanto, reprodução das relações sociais e de todos os antagonismos de classe intrínsecos a ela. Tonet e Nascimento argumentam que

(...) quando nos referimos a sociedade capitalista, vemos que a própria natureza do capital o faz incontrolável. Sua lógica interna impulsiona buscar, inexoravelmente, os caminhos da sua reprodução. Todas as outras condições que contribuem, de modo direto ou indireto, para a sua reprodução – como o Estado, a ideologia, a religião, a ciência, etc. – não fazem parte da sua essência mais profunda. Por isso mesmo, embora possam ter, e certamente tenham, influência sobre as suas formas concretas, jamais poderão alterar radicalmente a sua lógica mais íntima. Essa alteração radical só pode ser realizada por outra lógica, que lhe oponha no mesmo nível, ou seja, no nível da relação de produção (TONET; NASCIMENTO, 2015, p 5)

Como, portanto, analisar o trabalho fora dos ditames do capital? No primeiro rascunho de *A Guerra Civil na França* Marx argumenta as possibilidades históricas que a *Comuna* traz. Em sua análise caracteriza-a como experiência que “inaugura” a emancipação do trabalho, como “meio racional” a luta de classes promova a extinção das classes. Que ele o diga

Tal é a Comuna – forma política da emancipação social, da libertação do trabalho da usurpação dos monopolistas dos meios de trabalho, sejam estes meios criados pelos próprios trabalhadores ou dados pela natureza. Assim como a máquina e o parlamentarismo estatal não são a vida real das classes dominantes, mas apenas os órgãos gerais organizados para sua dominação – as garantias, formas e expressões políticas

⁴ Não faz parte dos nossos objetivos analisar a entrada em cena do trabalho associado. Recomendamos a leitura dos textos: “Trabalho Associado e Extinção do Estado” e “Trabalho Associado e Revolução Proletária”; ambos de autoria de Ivo Tonet.

da velha ordem das coisas -, assim também a Comuna não consiste no movimento social da classe trabalhadora e, portanto, no movimento de uma regeneração geral do gênero humano, mas sim nos meios organizados de ação. A Comuna não elimina a luta de classes, através da qual as classes trabalhadoras realizam a abolição de todas as classes e, portanto, de toda [dominação de] classe (porque ela não representa um interesse particular, mas a liberação do “trabalho”, isto é, a condição fundamental e natural da vida individual e social que apenas mediante usurpação, fraude e controles artificiais pode ser exercida por poucos sobre a maioria), mas ela fornece o meio racional em que essa luta de classe pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional e humana possível (MARX, 2011, p. 131).

No seguir de sua argumentação, a Comuna dá início ao processo de transição em direção à economia do “trabalho livre e associado”, levando a luta de classes a um novo patamar.

As classes trabalhadoras sabem que tem de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança na distribuição, mas uma nova organização da produção – ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe – e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. Elas sabem que essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. Elas sabem que a atual “ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária” só pode dar lugar à “ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado” mediante um longo processo de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da escravidão” e com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”. Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano (MARX, 2011, p. 131-132).

Nesse sentido, só com a destruição das formas de produção no interior do capitalismo é que o trabalho associado pode entrar em cena substituindo o trabalho alienado.

Afirmar a centralidade do trabalho é afirmar o papel decisivo que este possui na transformação radical dessa sociedade. A perspectiva reformista, por sua vez, confere à política o eixo norteador do processo revolucionário, entendendo o eixo da luta como uma mudança lenta e gradual, que se daria passo a passo, sem comportar, em seu interior, nenhuma mudança radical. Essa perspectiva confere uma mudança radical na orientação da luta contra o capital, essa mudança de orientação (a centralidade na política) necessariamente traz pro interior do movimento operário um caráter reformista.

1.2 A Negatividade da Política

As teses da determinação negatividade da política em Marx podem ser encontradas nas suas obras de juventude, refiro-me a: *Sobre a Questão Judáica*, *A crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social*.

Acerca de *A Questão Judaica*, não nos interessa estabelecer uma análise pormenorizada das polêmicas entre Marx e Bruno Bauer. Ao escrever uma crítica ao pensamento de Bauer, Marx busca submeter os elementos que compõem a essência do Estado⁵ à crítica, isso é, desvendar o que o véu da aparência lhe encobre, portanto, é cerne dessa obra a análise da relação entre emancipação política e emancipação humana.

Nessa obra, nosso autor em estudo busca explicar a funcionalidade do poder político, nesse sentido afirma que “os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o Estado poder se libertar de um constrangimento sem que o homem se encontre realmente liberto.” (MARX, 2005, p. 19). Analisando esse processo Chasin afirma que “os atos ou as resoluções políticas são, por natureza, inerentemente parciais, abstratas e contraditórias. O que não implica que sejam inertes ou destituídas de importância.” (CHASIN, 2012, p. 25). Ora, Chasin tem razão. O próprio Marx, duas páginas seguinte à analogia anteriormente citada, reconhece essa importância, no entanto, estabelece suas limitações intrínsecas. “Não há dúvida”, diz Marx, “que a emancipação política representa um grande

⁵ Diferentemente de Hegel, que via o Estado como fundamente da sociedade civil, Marx desenvolve sua análise acerca do Estado colocando-o na raiz dos antagonismos de classe. Nesse sentido, a argumentação de Marx será no sentido de estabelecer o Estado como ontologicamente dependente da sociedade civil.

progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela caracteriza-se como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do atual.” (MARX, 2005, p. 23) Porém, adverte linhas abaixo que “ninguém deve se iludir a respeito dos limites da emancipação política” (MARX, 2005, p. 23), pois esta “não abole, nem procura abolir”, as contradições que se manifestam concretamente. Para não restar dúvidas, afirma: “a emancipação política em si não é a emancipação humana” (MARX, 2005, p. 25).

No ano de 1844, Marx publica no Jornal *Vorwärts* de Paris o artigo *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano*. Esse breve artigo consiste numa crítica de Marx a Arnold Ruge. Este último acreditava que a “razão política” seria a instância de resolução da miséria social na Alemanha. Opondo-se ao que pensava Ruge, Marx diz que a miséria é uma questão social e não política. Aliás, a política é incapaz de acabar com os males sociais, por mais onipotente que seja a vontade política. Afinal, para o autor em tela, a política deve sua existência à sociedade civil.

Huge acreditava que a causa do pauperismo na Alemanha encontrava-se na falta de *pulso político* do Rei da Prússia para decretar o fim da miséria social. Marx refuta esses argumentos afirmando que

o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. **Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares.** Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder mais ainda, frente à conseqüências que brotam da natureza a-social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas conseqüências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo (...). Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela (...). Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma, e tentar

remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração. (MARX, 2010, p 60-61)

Vejamos: está claro que para Marx a raiz ontológica do Estado está nos antagonismos que brotam da sociedade civil⁶, dessa forma, a essência do Estado está na sociedade civil. A relação entre ambos expressa uma relação de *dependência ontológica*⁷ entre *fundante* e *fundado*. É, portanto, a divisão da sociedade em classes que traz a necessidade do poder político. Esse poder político, portanto, só pode estar a serviço dessa classe dominante.

Engels (2012) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* nos fornece as bases históricas nas quais a sociedade de classes emergiu, bem como os elementos para entender os motivos pelos quais o aumento da produtividade do trabalho trouxe consigo a escravidão e a divisão da sociedade em duas grandes classes, nas suas palavras: “senhores e escravos, exploradores e explorados”. Vejamos o que este autor tem a nos dizer:

o desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. (ENGELS, 2012, p 203)

Na referida obra, Engels discute o Estado como um poder colocado aparentemente por cima da sociedade. É importante frisar que a expressão “aparentemente” não é gratuita, é antes a necessidade de afirmar que a mesma sociedade que traz consigo a necessidade do Estado, possui antagonismos irreconciliáveis. Por isso a necessidade de chamar esse poder para, nas palavras de Engels (2012) “amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’.” Na esteira desse processo é fundamental ressaltar que:

⁶ Aqui é importante destacar que Marx e Hegel tem leituras radicalmente distintas no que se refere à relação entre Sociedade Civil e Estado. Em resumidas contas, na concepção hegeliana o Estado funda a sociedade civil.

⁷ Ivo Tonet, nos comentário acerca das *Glosas...* enfatiza que essa dependência é de caráter puramente ontológico, e não deve, portanto, ser confundida com uma dependência de viés mecanicista.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2012, p 215)

Dessa forma,

O Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjulgados; o Estado feudal foi o órgão que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 2012, p 216).

Ora, o autor de *Glosas Críticas...* diz que “a existência do Estado e a existência da escravidão⁸ são inseparáveis” (MARX, 2010, p 60). Segundo ele, o Estado só se tornou necessário com a divisão da sociedade em classes. Logo, o desaparecimento das classes é o desaparecimento do Estado.

O caminho reformista ao socialismo, processo típico dos últimos 150 anos, atribui a política dimensão regente do processo de luta pelo socialismo, não comportando, portanto, dentro dela, uma ruptura radical. Ora, se para a social-democracia a política é regente do processo de transição ao socialismo, há uma informação embutida nesse processo que merece análise: o Estado como protagonista da revolução. O Estado, para Marx, sempre será o mecanismo de opressão de uma classe sob a outra e de exploração do homem pelo homem. Para ratificarmos tal afirmação, recorremos às obras de juventude deste autor na qual há a seguinte afirmativa: “Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para opressão da outra” (MARX, 2010, p 23), pois “na medida em que o Estado é um instrumento de reprodução dessas relações sociais⁹, é-lhe vedada a possibilidade de tomar medidas que eliminem os problemas sociais. Sua atividade só pode ser formal e negativa”. (MARX, 2010, p 23).

⁸ Aqui cabe uma ressalva. A escravidão a qual Marx se refere é na perspectiva de opressão de classe. E na passagem seguinte, Marx deixará isso claro: “essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.” (Marx, 2010, p 60)

⁹ O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção (MARX, 1985, p. 296).

A social-democracia alemã, por sua vez, concebe que a partir do processo de democratização do estado, sua natureza pode ser alterada. Vejamos o que diz Karl Kautsky, um dos principais difusores do marxismo na Segunda Internacional, acerca dessa questão:

O Estado democrático moderno distingue-se dos anteriores porque a utilização do aparelho governamental pelas classes exploradoras, não faz parte da sua essência, não é dela inseparável. O Estado democrático, pelo contrário, tende a não ser o órgão de uma minoria, como acontecia com os regimes anteriores, mas o da maioria da população, quer dizer, das classes laboriosas. (...) A democracia abre a possibilidade de reduzir a nada o poderio político dos exploradores, o que hoje, com o constante aumento do número de operários, sucede cada vez mais freqüente. (KAUTSKY *apud* TONET; NASCIMENTO, 2015, p. 14)

Para o líder social-democrata, não é necessário abolir o Estado, retirar a natureza de classe do poder político já se colocava como suficiente. Nessa perspectiva, a crescente democratização do Estado seria uma adequação dos seus interesses com os interesses dos trabalhadores. Tal análise, dentro da perspectiva marxiana, por tudo que já foi dito, não possui nenhum fundamento. Mas essa discussão deve ser feita com um horizonte na necessidade de reorganização do movimento dos trabalhadores, o qual, nos últimos cento e cinquenta anos, vêm perdendo o horizonte de superação radical do sistema do capital.

2 A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ E O REFORMISMO

Ou a classe trabalhadora é revolucionária, ou ela não é nada.

Karl Marx.

Com a pretensão de abarcar a análise de quase três décadas de história do movimento operário (1889-1914), nossa argumentação procura interligar o cenário econômico com o momento político – correlacionando a dimensão política da emergência e consolidação da social-democracia com as condições da acumulação exercidas pelo movimento do capital na produção de mercadorias, buscando, assim, as bases reais do processo o qual nos propomos analisar. Imprescindível é, nesse processo, recorrer aos antecedentes históricos da Segunda Internacional, a saber: as lutas dos trabalhadores no século XIX e o processo de organização da classe trabalhadora no interior da Primeira Internacional Comunista.

Nesse sentido, cabe uma argumentação sobre o nosso método de exposição. As análises historiográficas acerca da social-democracia alemã, majoritariamente, estabelecem uma análise *por ela mesma*, buscando o processo de gênese em seu interior. Entendemos que esse movimento de busca pelas suas origens deve ser longitudinalmente mais amplo, por isso buscamos apreender o processo de unificação dos partidos em torno do programa de Gotha¹⁰ e a crítica ao que foi a Segunda Internacional Comunista a partir das transformações que o processo de acumulação de capital sofre na última quadra do século XIX.

O modelo social-democrata aparece, efetivamente, nos países capitalistas ocidentais. Em nosso estudo analisamos a social-democracia alemã e sua recepção ao legado teórico de Marx através dos seus principais teóricos: Eduard Bernstein e Karl Kautsky, pois a partir do deslocamento da perspectiva do trabalho como eixo teórico-revolucionário central é que observamos uma maior abertura para a instauração do reformismo no interior do movimento operário, só então são postos os elementos necessários à compreensão da demarcação do parlamento como o terreno das lutas contra o capital.

¹⁰ Trata-se da união, na cidade de Gotha, de duas organizações operárias da Alemanha: Partido Social-Democrata dos Trabalhadores e a A Associação Geral dos Trabalhadores Alemães

2.1 Fundamentos socio-históricos da Social-Democracia

A social-democracia emerge nos países de economia capitalista do Ocidente no lapso temporal entre as últimas décadas do século XIX, mais especificamente no último quadrante, e início da Primeira Grande Guerra Mundial, em 1914. As transformações ocorridas no processo de acumulação do capital, o desenvolvimento técnico-científico (o qual propicia uma mudança na forma de controle da força de trabalho através da extração de mais-valia relativa¹¹), a derrocada da Primeira Internacional Comunista e a Construção da Segunda Internacional Comunista estão situadas no intervalo de tempo histórico o qual sinalizamos.

Uma análise acerca da Segunda Internacional Comunista que explique a tendência reformista em seu interior perpassa, primeiramente, por uma análise de sua antecessora: a Primeira Internacional Comunista. Vamos a ela.

Nas primeiras décadas do século XIX, a Europa Ocidental viveu uma *onda* de protestos que ameaçaram o sistema capitalista. Os anos de 1847 e 1848 nesse continente ficaram marcados pela criação da Liga dos Comunistas e pela redação e publicação do *Manifesto do Partido Comunista* – uma espécie de encarte da Liga.

A Liga dos Justos, a conselho de Karl Marx e Friedrich Engels, se transforma em da Liga dos Comunistas após o *Congresso* que institui sua criação, em 30 de novembro de 1847, tendo como objetivo “derrubar a burguesia, elevar o proletariado à situação de classe dominante, suprimir a velha sociedade baseada na dominação de classe e instaurar uma sociedade nova, sem classes e sem propriedade privada.” (BEER, 2006, p 520). Após o congresso, em Londres, Marx e Engels retornam à Bruxelas e dedicam-se a redação do *Manifesto* o qual deveria servir de programa da Liga.

Quando esse livreto começa a ser impresso, estoura em Paris a Revolução de 1848. As lutas sociais ganham uma dimensão de destaque na sociedade européia, ameaçando as bases do capitalismo. Com a politização do movimento dos trabalhadores, a crescente classe trabalhadora passa à protagonista no cenário político, pois com a passagem do nível histórico-universal da condição de *classe em*

¹¹ Tratamos da produção de mais-valia relativa posteriormente nesse estudo. Por ora, trazemos para o leitor o cerne dessa discussão que encontra-se em Marx, no capítulo XIV do Livro Primeiro (volume I). Ao analisar o processo de trabalho vinculado à produção de mais-valia absoluta e relativa, Marx explica que “a produção de mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”. Nesse sentido, requer um desenvolvimento da produtividade do trabalho.

*si a classe para si*¹², o proletariado adquire uma consciência política que alicerça a sua luta contra os interesses do capital¹³. Nesse cenário, temos o acirramento das greves e conflitos dos trabalhadores.

O germinar do movimento operário na Alemanha¹⁴ ocorre nesse período. Operários que haviam trabalhado nas cidades de Bruxelas, Paris e Londres, trouxeram as discussões que o movimento operário estabelecia em seus principais centros. As idéias comunistas penetram fortemente em cidades como Berlim, Colônia e Breslau. Isso ocorre porque na Alemanha, a revolução de 1848-1849 “foi uma revolução burguesa, na qual os elementos do proletário agiram independentemente.” (BEER, 2011, p 535). A burguesia nos dois principais Estados da federação germânica, diz Beer, “desde 1830 procura aniquilar o absolutismo e a divisão nacional, a fim de instaurar um regime liberal e a unidade alemã.” (BEER, 2011, p 535). As forças do absolutismo, o príncipe e a nobreza, *a priori*, “curvaram a cabeça diante da tormenta”, mas, argumenta Beer:

Logo depois, talvez em consequência do conservadorismo nato da burguesia alemã, talvez por medo do proletariado que (...) entrava em cena com suas reivindicações próprias, as ondas da revolução começaram a baixar. Os ministros burgueses entraram então em negociação com a coroa. (BEER, 2011, p 535-536)

A negociação da burguesia com o absolutismo e o desejo, por parte dos burgueses, de um governo de coalizão feudal-burguês, marcam a segunda revolução na Alemanha¹⁵ entre os anos de 1848 e 1849.

Quando o proletário de Paris é derrotado, em junho de 1848, as bases de restabelecimento do Antigo Regime foram preparadas. A revolução de 1848-1849 termina com a vitória das forças do absolutismo. Contudo, a burguesia não sai completamente derrotada, os príncipes e a nobreza precisam firmar compromissos com ela, burguesia, haja vista o poder econômico que esta já possuía dentro do absolutismo.

¹² A passagem do nível *classe em si* a *classe para si* reflete, sobretudo, uma conscientização do trabalhador enquanto classe. Uma análise mais completa encontra-se em Marx (1982, p. 158-159).

¹³ Um adendo: Com a eclosão das revoltas e manifestações por parte da classe trabalhadora, a estrutura do sistema capitalista começa a ser abalada, com isso, representantes ideológicos da burguesia começam a disseminar mecanismos de manutenção e defesa da ordem burguesa, o que fica claro nas obras de Augusto Comte *Discurso sobre o conjunto do Positivismo* (1851) e *Sistema de política positiva* (4 volumes) - (1851-1854) e Papa Leão XIII Encíclica *Rerum Novarum*, (1891).

¹⁴ A Alemanha ainda não era unificada - seu processo de unificação ocorre na entrada da década de 1870.

¹⁵ A Primeira Revolução na Alemanha (1510-1536) foi uma revolução camponesa.

Marx e Engels preocupavam-se com a questão internacional do movimento comunista. Em 1848, na obra já mencionada *O Manifesto do Partido Comunista*, constatamos a importância que os autores concebem ao movimento de caráter internacional, prova disso é que ao final da redação desse livreto os autores fazem o seguinte chamado: “proletário de todos os países, uni-vos”¹⁶. Essa necessidade de organização do proletário a nível mundial é um dos movimentos que guiam a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional Comunista.

Ora, se o capital ataca os trabalhadores em escala mundial, é também em escala mundial que deve centrar a luta dos trabalhadores. É nesse sentido que nas *Normas gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*, (texto de 1871 que tem por base o texto de Marx - *Mensagem Inaugural da AIT*, de 1864 - acrescida do debate trazido por Engels e Marx acerca das mudanças ocorridas na organização ao longo desses anos) temos que “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é o grande objetivo a que todo movimento político deve, como meio, estar subordinado.” (MARX; ENGELS, 2014f, p 291).

A AIT germina a organização do movimento operário em escala mundial e tem sua direção intelectual conferida a Marx. Ele, na *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, escrita em outubro 1864, argumenta que o desenvolvimento do capitalismo não contém em si nenhum elemento que possa acabar com a miséria que a classe trabalhadora sofre no decorrer do aperfeiçoamento do processo de industrialização, pois

Em todos os países da Europa tornou-se agora uma verdade (...) que nenhum aperfeiçoamento da maquinaria, nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhum avanço da comunicação, nem novas colônias, emigração, abertura de mercados, livre comércio, nem todas essas coisas juntas acabarão com as misérias das massas industriais (MARX, 2014a, 96)

Ainda na *Mensagem Inaugural da AIT*, Marx é enfático ao afirmar aos trabalhadores que “todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho tende necessariamente a aprofundar os contrastes sociais e a aguçar os

¹⁶A obra a qual nos referimos, escrita em 1848, é um marco que direciona os debates teóricos e políticos no interior do movimento comunista. Sobre sua importância, Hobsbawm destaca: o manifesto é “(...) quase com certeza e de longe, o escrito individual mais influente desde a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, da Revolução Francesa.” (HOBSBAWM, *apud* BRAZ, 2011).

antagonismos.” (MARX, 2014a, 96). Pois, “por toda parte, a grande massa das classes trabalhadoras teve seu nível rebaixado, no mínimo na mesma taxa em que as classes acima delas subiram na escala social”. (MARX, 2014a, p 96). O objetivo de Marx nesse texto - o qual serve de conteúdo ao Manifesto de Fundação da Primeira Internacional - é organizar a estrutura do movimento em caráter internacional e, por isso, afirma que

a emancipação do trabalho não é nem uma emancipação local, nem nacional, mas um problema social, abrangendo todos os países em que existe a sociedade moderna e dependendo, para sua solução, da confluência, prática e teórica, de todos os países avançados.” (MARX, ENGELS, 2014f, p 291)

Um ano depois, em 1865, Marx escreve um informe pronunciado por ele mesmo nas sessões do *Conselho Geral da AIT*, intitulado de *Salário, Preço e Lucro*. O pronunciamento desse informe traz questões importantes que percorrem e marcam a Primeira Internacional Comunista – a luta de Marx contra *phoudhonianos*, os quais viam negativamente a luta econômica dos operários. Vejamos, primeiro, a forma com que Proudhon concebe a luta dos operários e o aumento de salários:

Todo movimento de alta nos salários não pode ter outro efeito senão o de uma alta do trigo, do vinho, etc., isto é, o efeito de uma escassez. Pois, que é o salário? É o preço de custo do trigo, etc.; é o preço integral de todas as cousas. Vamos ainda mais longe: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e que são consumidos reprodutivamente todos os dias pela massa dos trabalhadores. Ora, dobrar os salários... é atribuir a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que é contraditório; e se a alta não atingir senão um pequeno número de indústrias, provocar-se-á uma perturbação geral nas trocas, numa palavra, uma escassez... É impossível, eu o declaro, que as greves seguidas de aumento de salários não levem a um encarecimento geral: isso é tão certo como dois e dois são quatro” (PROUDHON apud MARX, 2009, p 183).

Tal afirmativa faz com que Marx negue todas essas assertivas, menos que dois e dois são quatro. “Em primeiro lugar”, diz ele, “não há *encarecimento geral*. Se o preço de todas as coisas dobrar ao mesmo tempo que o salário, não haverá alteração nos preços, haverá mudanças apenas nos termos.” (MARX, 2009, p 183). “Em segundo lugar”, continua:

uma alta geral dos salários não pode jamais produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias. Efetivamente, se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação com o capital fixo ou com os instrumentos de que elas se servem, uma alta geral dos salários produziria uma baixa geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração. (MARX, 2009, p 183).

Em *Salário, Preço e Lucro*, após minuciosa análise de categorias como produção, circulação, salário, lucro, preço e mais-valia; Marx, ao final de sua análise nos fornece as bases para análise da luta entre capital e trabalho à luz da formação da Primeira Internacional. Inicialmente afirma que

o preço do trabalho no mercado, da mesma forma que o das demais mercadorias, tem de se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu valor; que, portanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabará recebendo sempre, em média, somente o valor do seu trabalho, que se reduz ao valor da sua força de trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los. (MARX, 1982, p 182)

Como determinante do valor da força de trabalho, Marx reconhece que além do mínimo fisiológico do salário, há que se considerar o “padrão de vida tradicional em cada país” (MARX, 1982, p 182). Contudo, acrescenta que “esse elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o limite físico”. (MARX, 1982, p 182). Na análise deste autor, a tendência do sistema é rebaixar os salários para seu nível mínimo.

Conseguimos entender melhor esse processo quando analisamos o movimento dos ciclos econômicos da grande indústria. Em fases de crescimento, os salários tendem a elevar-se, o que constitui uma ameaça à taxa de lucro, o que por sua vez, declina a acumulação de capital. É nesse sentido que os capitalistas vêm compelidos a introduzir novas tecnologias seus processos de produção. O desemprego, fruto do processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, eleva-se até que se retome um novo ciclo de elevação da valorização do valor.

Nessa nova fase, com o crescimento da demanda adicional por mão-de-obra, os salários voltam a crescer e, até mesmo, retornar a seu nível anterior, quando, então, entra em cena novos processos de inovações tecnológicos. As inovações tecnológicas no processo produtivo, como vimos, exacerba uma tendência interna constitutiva do movimento do capital: a tendência a queda da taxa de lucro. A cada ciclo de acumulação, aumenta-se a composição orgânica de capital¹⁷, cuja consequência é uma massa cada vez maior do exército industrial de reserva, cuja correlação de força favorece o capital contra o trabalho na determinação dos salários.

Na seqüência do seu raciocínio, Marx argumenta que

O próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disso, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu *limite mínimo* (MARX, 1982, p 184).

Ora, se o movimento interno do sistema empurra o valor do trabalho para seu nível mínimo, não quer dizer, de modo algum, que a classe trabalhadora não deva lutar para resistir a esse processo. Que Marx o diga:

quer isso dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem possibilidade de salvação. (MARX, 1982, p 184).

O modo de produção capitalista é caracterizado por uma dialética: desenvolvimento do capital e miséria caminhando *pari passu*¹⁸. Anos depois, em *O Capital*, Marx, com outras palavras, ratifica o que já havia anunciado anos antes na *Mensagem Inaugural da AIT*: “acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria (...) no pólo oposto” (MARX, 1985a, p 210).

¹⁷ Composição orgânica do capital, para Marx, é a relação entre capital constante (maquinário e meios de produção) e capital variável (força de trabalho). Temos uma composição orgânica do capital alta quando a parcela do capital constante é maior do que a parcela do capital variável.

¹⁸ Expressão que significa “em igual passo”.

As divergências entre os elementos marxistas e os bakunistas-proudhonianos fez surgir grande número de mal entendidos. O revolucionário russo Miguel Bakunin adere à associação em 1868 e logo começa a travar lutas contra Marx, “dentro da AIT, [Bakunin] fundou uma organização secreta, a Aliança Internacional, que não foi reconhecida pelos dirigentes da AIT.” (BEER, 2006, p 552).

As discussões entre os dois grupos, diz Beer, “frequentemente degeneravam em ataques pessoais contra os seus mais destacados dirigentes, o que, sobretudo, prejudicou o esclarecimento das questões em litígio.” (BEER, 2006, p 553). A principal divergência girava em torno do “caminho” para o comunismo:

os marxistas eram pela ação sindical, pela ação política e pela conquista do poder. Por esses meios, esperavam chegar ao comunismo. Os bakunistas, ao contrário, achavam que o melhor caminho para o comunismo era o sindicalismo-parlamentar antimilitarista. (BEER, 2006, p 553)

Porém, essas polêmicas no interior da Primeira Internacional, não se esgotam em diferentes meios para se chegar ao comunismo. As divergências perpassavam também pela concepção de Estado e o meio para sua superação. Em *O Manifesto Comunista* já está presente a concepção de Marx acerca do Estado: o comitê executivo da burguesia¹⁹. Para Marx, o Estado advém da propriedade privada e, portanto, é condição indispensável para seu desaparecimento, o desaparecimento dela – propriedade privada. Em sua argumentação no *Manifesto*, afirma:

(...) a propriedade burguesa moderna constitui a última e mais completa expressão do modo de produção e apropriação baseado em antagonismos de classe, na exploração de uma classe por outra. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada (MARX, 2008, p 32)

Proudhon e Bakunin, por sua vez, viam no Estado “um mal evidente, que tornava impossível qualquer transformação social e que, por isso, era mister suprimir o quanto antes.” (BEER, 2006, p 554). Para Bakunin, “o melhor meio de supressão

¹⁹ Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, também argumenta nesse mesmo sentido: “o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida.” (ENGELS, 2012, p 215).

do Estado era a conspiração secreta e a insurreição armada”. (BEER, 2006, p 554). Além das polêmicas entre Marx, Proudhon e Bakunin, a Primeira Internacional foi marcada pela guerra franco-prussina e pelo surgimento e derrota da Comuna de Paris.

Os problemas internos da Primeira Internacional, no entender de Mészáros (2012), se tornaram cada vez mais expressivos ao final da década de 1860 até que, com a derrota da Comuna de Paris, em 1871, se esfacela por completo. A Primeira Internacional fragmenta-se como resultado dessas tensões e contradições, ou, de suas *forças centrífugas* – se quisermos ser fieis a expressão deste autor - presentes nos movimentos nacionais e Estados Nacionais.

Os antecedentes históricos da Comuna de Paris, marco final da Primeira Internacional, estão na guerra franco-prussiana. Na tentativa de romper com os entraves que a França lhes estabelecia, os Estados germânicos estabeleceram uma aliança militar contra os franceses, sob o comando da Prússia. A guerra franco-prussiana - provocada pela política francesa de impor barreiras à formação da unidade alemã - colocou de lados opostos duas potências da Europa: a França e a Prússia, no decorrer dos anos de 1870 e 1871. Após a vitória da Prússia sobre a França, germinava, “da guerra e do sangue, o Estado Nacional Alemão, o *kaiserreich*, fortemente marcado pelo espírito militar e autoritário da aristocracia agrária prussiana”. (LOUREIRO, 2005, p 24).

Referindo-se a batalha entre franceses e prussianos, na qual a Alemanha anexou duas províncias francesas (Alsácia e Lorena), a seu território, Marx afirma que “sob a mira do mesmo exército prussiano que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os trabalhadores do mundo inteiro” (MARX, 2014b, p 245).

Em *A guerra Civil na França, no primeiro rascunho*, o autor anteriormente citado instala o chão histórico do surgimento da Comuna de Paris. Sobre esse processo argumenta que “os diferentes movimentos em Paris no início de outubro visavam o estabelecimento da Comuna como uma medida de defesa contra a invasão estrangeira, como a realização do levante de 4 de setembro.” (MARX, 2011, p 122). A argumentação que se segue é no sentido de analisar as possibilidades históricas contidas no surgimento da Comuna.

Marx a caracteriza como experiência que “inaugura a emancipação do trabalho” como “meio racional” para abolição das classes através do processo de

luta da classe trabalhadora. A passagem a seguir elucida alguns aspectos nesse sentido:

Tal é a Comuna – forma política da emancipação social, da libertação do trabalho da usurpação dos monopolistas dos meios de trabalho, sejam estes meios criados pelos próprios trabalhadores ou dados pela natureza. Assim como a máquina e o parlamentarismo estatal não são a vida real das classes dominantes, mas apenas os órgãos gerais organizados para sua dominação – as garantias, formas e expressões políticas da velha ordem das coisas -, assim também a Comuna não consiste no movimento social da classe trabalhadora e, portanto, no movimento de uma regeneração geral do gênero humano, mas sim nos meios organizados de ação. A Comuna não elimina a luta de classes, através da qual as classes trabalhadoras realizam a abolição de todas as classes e, portanto, de toda [dominação de] classe (porque ela não representa um interesse particular, mas a liberação do “trabalho”, isto é, a condição fundamental e natural da vida individual e social que apenas mediante usurpação, fraude e controles artificiais pode ser exercida por poucos sobre a maioria), mas ela fornece o meio racional em que essa luta de classe pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional e humana possível” (MARX, 2011, p. 131).

Sobre esse aspecto é importante salientar que, uma vez que há existência e resistência contra-revolucionária, a luta de classes não desaparece de imediato no governo Comunal. A instalação da Comuna, para Marx, inaugura o processo de emancipação dos trabalhadores ao libertá-los dos custos de sustento da maquinaria estatal – esta, por sua vez, sustentada pela mais-valia extraída do trabalhador. A *transformação política* a qual origina essa *reforma econômica* constitui o processo de supressão da exploração da burguesia sobre os trabalhadores. Na sequência da sua formulação, Marx afirma que ela, a Comuna:

(...) pode provocar violentas reações e revoluções igualmente violentas. Ela inaugura a emancipação do trabalho – seu grande objetivo -, por um lado ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais, cortando a fonte que sacrifica a imensa porção da produção nacional para alimentar o monstro estatal, e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração, local e nacional, por salários de operários. Ela dá início, portanto, a uma imensa economia, a uma **reforma econômica**, assim como a uma **transformação política**. A organização comunal, uma vez firmemente estabelecida em escala nacional, as catástrofes que sobre ela ainda poderiam se abater seriam esporádicas insurreições de escravocratas, as

quais, mesmo que interrompendo por um momento o trabalho do progresso pacífico, apenas acelerariam o movimento ao pôr a espada nas mãos da Revolução Social” (MARX, 2011, p. 131).

Para Beer (2006), a Comuna “era um governo de coalizão, que englobava membros da Internacional, blanquistas, proudhonianos, republicanos burgueses e patriotas exaltados.” (p. 556). Este autor argumenta que o estabelecimento da *Comuna* está articulado com os progressos que a Primeira Internacional consegue em Paris. (p. 556). Ambas são marcadas pela pluralidade de perspectivas divergentes em seu interior, sustentando opiniões opostas em muitos aspectos. Marx argumenta que “a classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna” (MARX, 2014b, p 242), pois os trabalhadores

sabem que, para atingir sua própria emancipação e, com ela, essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida. (MARX, 2014b, p 242)

A *Comuna* - um dos marcos mais importantes da Primeira Internacional - é derrotada pela burguesia francesa, a qual livra-se por quase uma década (até o despertar do movimento socialista na França em 1880) do fantasma do comunismo.

Claudin (2013) expõe que apesar de Marx e Engels considerarem o desaparecimento da Primeira Internacional como um fenômeno passageiro²⁰, em 1875, Marx conclui que a organização não conseguia mais captar a dinâmica do movimento das lutas socialistas:

A ação internacional das classes trabalhadoras não depende, de modo algum, da existência da Associação Internacional dos Trabalhadores [Primeira Internacional]. Esta constituiu somente uma primeira tentativa para fortalecer aquela ação um órgão central; uma tentativa que, pelo impulso que deu, teve uma eficácia perdurável, mas que em sua primeira forma histórica

²⁰ Para justificar tal afirmativa, Claudin (2013) se utiliza de um trecho da carta de Marx a Sorge, escrita em 27 de setembro de 1874: “considerando a situação na Europa, penso que é desejável, sem dúvidas, deixar em segundo plano, provisoriamente, a organização da forma da Internacional. (...) Os acontecimentos, o desenvolvimento e o agravamento inelutável da situação, por si mesmos, vão se encarregar de que a internacional ressuscite de forma melhorada.” (Obras de Marx y Engels. 2ª edição russa, p. 508. In: CLAUDIN, Fernando. A crise do movimento comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2013,

não podia prolongar-se depois da queda da Comuna de Paris” (MARX, s/d.,p 217).

Ao refletir acerca da *Comuna*, Marx afirma que o espírito burguês faz com que a AIT tenha que agir “à maneira de uma conspiração secreta, com seu organismo central a planejar, de tempos em tempos, atentados em diferentes países” (MARX, 2014b, 247). Mas, “na realidade”, argumenta ele:

nossa Associação não é mais do que o vínculo internacional entre os trabalhadores mais avançados nos diversos países do mundo civilizado. Onde quer que a luta de classes ganhe alguma consistência, seja qual for a configuração e as condições a qual ela se dê, é um fato natural que os membros da nossa Associação apareçam no primeiro plano. O solo de onde brota a nossa associação é a própria sociedade moderna. Não haverá carnificina capaz de exterminá-la. Para fazê-lo, os governos teriam de exterminar o despotismo do capital sobre o trabalho, a condição de sua própria existência parasitária. (MARX, 2014b, 247)

Nessa passagem Marx deixa claro que é a própria contradição de classes existentes na sociedade moderna que faz com que a luta de classes e a organização dos trabalhadores ganhem destaque. Sua supressão, portanto, pressupõe a supressão da contradição que rege a sociedade capitalista.

No entender de Mészáros, o fim da *Comuna*, considerada por Marx como a primeira experiência de governo operário, traça “duas estratégias diametricalmente opostas adotadas pelo movimento da classe trabalhadora.” (MESZÁROS, 2012, p. 373). A primeira estratégia defende o estabelecimento gradual do socialismo, utilizando como meio o Estado capitalista. Tem como terreno todos os países capitalistas avançados. A segunda, por sua vez, defende a conquista revolucionária do poder de Estado. Esta última, segundo o autor, surge e cria raízes na periferia da dominação global do capital. Nos países avançados, essa perspectiva praticamente não se impõe, mas ela teve sucesso, no que se refere ao seu objetivo central, em parte do mundo subdesenvolvido na Europa, África e Ásia. Sobre essas duas estratégias, argumenta:

o que foi comum às duas tendências desde sua origem, apesar da sua total diferença no plano da ação política, foi o fato de que, em *ambas*, foi relegada a segundo plano a exigência marxiana original de subordinação estrita de qualquer

movimento político, como um *meio*, ao objetivo central da *emancipação econômica* das classes trabalhadoras, a qual seria levado a cabo com a transformação radical da divisão do trabalho historicamente estabelecida. (MESZÁROS, 2012, p. 374).

A ausência de percepção do que a unem (negativamente, diz Mészáros) as duas vertentes, ou seja, a ausência de uma subordinação do movimento político a emancipação da classe trabalhadora, tal qual Marx escreveu na *Mensagem Inaugural da AIT*, acarreta - nos termos de Mészáros - em uma “amnésia ideológica seletiva”.

Portanto, o sentido da nossa argumentação adiante é de expor que a emancipação econômica a qual o autor em tela faz referência perpassa por uma mudança na forma do trabalho, e não pelo aperfeiçoamento de um instrumento sempre a serviço do capital – o Estado, haja vista que

o esquecimento das determinações sócio-econômicas subjacentes também fez que as mudanças *material-estruturais* historicamente emergentes e aprofundadas, de importância verdadeiramente fundamental, fossem reduzidas a diferenças ideológico-políticas, o que também levou a procurar a retificação dessas mudanças, sem qualquer chance de sucesso, com a adoção de soluções *ideológico-políticas* adequadas (MÉSZÁROS, 2012, p. 374, grifos originais).

E citando Lukács, conclui que:

a estratégia ideológico-política defendida culminou na proposição desesperadamente unilateral e irrealista segundo a qual a crise da sociedade capitalista era uma crise ideológica que deveria ser resolvida antes que possa ser encontrada uma solução prática para a crise econômica mundial. (MÉSZÁROS, 2012, p. 375).

Ora, o que assistimos com a derrocada da Primeira Internacional Comunista e o surgimento da sua sucessora – a Segunda Internacional, foi um abandono da luta pela superação radical da sociabilidade regida pelo capital. As lutas que continham em si essa perspectiva revolucionária foram, paulatinamente, abandonadas. Esse abandono da centralidade do trabalho é acompanhado por um crescimento nas lutas orientadas pela centralidade na política, transformando os instrumentos do Estado no regente da luta pelo socialismo. Segundo Tonet e Nascimento (2015), a

modificação do eixo da luta pelo socialismo (da centralidade do trabalho para a centralidade da política), para os autores “uma verdadeira inflexão” (TONET; NASCIMENTO, 2015, p. 07) se dá com a emergência da social democracia alemã e a recepção que a mesma confere ao legado de Marx.

2.2 Bases materiais do surgimento da social-democracia

Marx, no capítulo *A assim chamada acumulação primitiva* afirma que há uma acumulação precedente a acumulação capitalista, “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim, seu ponto de partida.” (MARX, 1985b, p. 261). Assim, o que marca esse processo que se operou do final do século XV até a metade do século XVIII, também denominado por Marx como a *pré-história do capital*, é a separação entre produtor e meios de produção – processo que se dá a base de muita violência e coloca os trabalhadores no mercado de trabalho como *proletários livres como os passáros*²¹. Sobre esse processo, Marx afirma:

O momento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da história. Por outro lado, porém, esses recém libertados só se tornam vendedores de si mesmo depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhe foram roubados. (MARX, 1985b, p 262).

Esse processo, para o autor em estudo, consta nos “anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1985b, p 262). O desenvolvimento e a complexificação das relações mercantis propicia a ampliação das atividades comerciais. Os comerciantes passam a intermediar a relação entre produtores e consumidores, complexificando, dessa forma, a circulação de mercadorias. Nesse sentido, procuravam adquirir mercadorias a baixos preços para revendê-la com um preço mais alto, aumentando sua margem de lucro.

Nesse intervalo de tempo histórico temos o desenvolvimento dos mecanismos que alavancam a classe capitalista em formação, haja vista que “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade

²¹Expressão utilizada por Marx (1985b, p 263).

feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.” (MARX, 1985b, p 262).

O modo de produção mercantil capitalista começa a figurar no cenário econômico entre o final do século XVIII e início do século XIX, pauta-se na separação entre meios de produção e proprietários. Todo o processo de produção da mercadoria é controlado pelo capitalista, este compra meios de produção e força de trabalho para produzir uma mercadoria de valor superior à soma das mercadorias utilizadas para fabricá-la. Ao final do processo de produção temos o dinheiro originalmente empregado na produção mais a mais-valia, gerada pelo proletário – o que consiste em uma relação de exploração²².

No emergir da social-democracia no plano político, processo que se deu entre os últimos 25 anos do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial, o sistema capitalista já consolidado passa por importantes transformações alavancadas por uma crescente concentração e centralização de capitais, movimentos tendenciais os quais, operando em conjunto, promovem o surgimento dos monopólios.

O monopólio, para Lenin, “nasce no solo da livre concorrência e, precisamente a partir dela, é a transição do capitalismo para uma nova ordem econômica e social superior.” (LENIN, 2004, p 165). Portanto, para captarmos a dinâmica do surgimento do capitalismo dos monopólios precisamos recorrer às transformações sócio-econômicas ocorridas no capitalismo ainda em sua fase concorrencial.

A produção mercantil capitalista é caracterizada por uma relação de exploração na qual o capitalista explora a força de trabalho (encontrada no mercado como mercadoria) com a finalidade de obter mais-valia. Nesse sentido, a produção mercantil capitalista ganha o cenário econômico quando a força de trabalho se torna mercadoria.

O processo de produção de mercadorias é um processo contínuo e ininterrupto que deve percorrer periodicamente, sempre as mesmas fases, pois ao fim de cada ciclo estão postas as bases para o próximo. Considerando a indissociabilidade das fases do ciclo geral do capital, temos que, “todo processo de produção é também processo de reprodução” (MARX, 1982, p 153). É condição para

²² Sobre esse processo, o leitor pode encontrar uma análise didática – porém, sem espaço para simplismos – no livro “Economia Política: uma introdução crítica” de autoria de José Paulo Netto e Marcelo Braz. (Cortez, 2012).

essa produção contínua, ou seja, reprodução²³, a transformação constante de parte de seus produtos em elementos para uma nova produção.

Para Marx (1982), a forma típica de reprodução capitalista é a reprodução ampliada ou alargada, haja vista que “para acumular precisa transformar [constantemente] parte da mais-valia em capital” (MARX, 1982, p 164). Vejamos, com um exemplo do próprio Marx em O Capital, como se dá esse processo:

Consideremos este processo primeiramente do ponto de vista do capitalista singular. Suponhamos, por exemplo, que um fiandeiro adiantou um capital de 10 000 lib. esterlinas., do qual quatro quintos em algodão, máquinas, etc., e o último quinto em salário. Suponhamos que produz anualmente 240 000 lib. de fio no valor de 12 000 libras esterlinas. A uma taxa de mais-valia de 100%, a mais-valia está metida no sobreproduto ou no produto líquido de 40 000 lib. de fio, um sexto do produto bruto com o valor de 2000 lib. esterlinas. que a venda realizará. Uma soma de valor de 2000 libras esterlinas é uma soma de valor de 2000 libras esterlinas Não se pode cheirar nem ver neste dinheiro que ele é mais-valia. O caráter de um valor como mais-valia mostra o modo como ele chegou ao seu dono, mas nada altera na natureza do valor ou do dinheiro. (MARX, 1985b, p 163)

Assim sendo, afirma:

(...) para transformar a soma recém-acrescentada de 2000 lib. esterlinas. em capital, o fiandeiro, permanecendo iguais todas as outras circunstâncias, adiantará portanto quatro quintos dela na compra de algodão, etc., e um quinto na compra de novos operários fiandeiros, os quais encontrarão no mercado os meios de vida cujo valor ele lhes adiantou. O novo capital de 2000 libras esterlinas funciona então na fiação e proporciona, pelo seu lado, uma mais-valia de 400 libras. (MARX, 1985b, p 163)

Observamos que a mais-valia obtida ao final de cada ciclo é reinserida no processo produtivo para ampliar o capital originalmente investido e gerar uma massa maior de mais-valia do que no ciclo anterior. A constante transformação da mais-valia em capital, característica de sua reprodução ampliada, é condição indispensável e vital da acumulação de capital.

Em nossa análise argumentamos que a produção de mercadorias no modo de produção capitalista se dá partir da simbiose de mercadorias que pertencem ao

²³ “As condições de produção são ao mesmo tempo as condições de reprodução”. (MARX, 1895, p 153)

capitalista: os meios de produção e a força de trabalho, que ele encontra no mercado como mercadoria. Assim sendo, para começar o processo produtivo o capitalista dispõe de uma composição orgânica do capital. Marx entende como composição orgânica do capital a relação entre capital constante e capital variável. O capital constante é “a parte do capital (...) que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meio de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção” (MARX, 1985a, p. 171). O capital variável, para Marx (1985a), é a parte do capital que se converte em força de trabalho.

A composição orgânica do capital, portanto, consiste na massa total de capital que o capitalista dispõe para iniciar o processo produtivo. Vinculado a esse contexto se processa a tendência à concentração de capital, dessa forma, toda iniciativa que requeira uma elevada composição orgânica de capital excluem o conjunto de capitalistas que não possuem essa massa de capital.

É importante salientar que esse processo não cessa com a concorrência entre capitalistas, ao contrário! A concorrência agora não será mais entre inúmeros pequenos capitalistas, conforme se deu no estágio concorrencial do capitalismo, mas sim, entre um reduzido número de grandes capitalistas com elevados montantes de capital²⁴. Por seu caráter “excludente” para o conjunto de capitalistas, Mézáros analisa esse processo como *a desapropriação dos capitalistas por outros capitalistas*.

Operando ao lado da tendência à concentração, a centralização de capital “não implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação, mas tão-somente o aumento de capital pela fusão de vários outros.” (NETTO, 2012, p 143) Essa centralização opera-se pela união de capitais já existentes, mediante *carteis*, *trustes* e formação de *holdings*²⁵.

A tendência à concentração e centralização são movimentos da realidade econômica constitutivas do movimento do capital que, operando em conjunto, fornecem as bases materiais para, a partir da década de 1870, o capital em sua era monopolista, estágio que Lenin denomina como *estágio imperialista*, na visão dele, a

²⁴ Uma interessante análise sobre esse processo encontra-se em “A mundialização do capital”.

²⁵ O cartel se dá a partir da união de empresas, obviamente do mesmo ramo, para estabelecimento de acordo que fixam um mesmo preço para seus produtos; os trustes são a fusão em si de várias empresas com a finalidade de controlar uma fatia cada vez maior do mercado e os holdings surgem com a financeirização do capital e o “protagonismo” da sociedade de ações.

fase superior do capitalismo²⁶. Lenin, quando argumenta acerca do lugar do imperialismo na história, nos diz que “o imperialismo é, pela sua própria essência econômica, o capitalismo monopolista” (LENIN, 2012, p 165).

O autor anteriormente citado nos fornece elementos para entender como se dá esse rápido processo de concentração na Alemanha

De cada mil empresas industriais, em 1882, três eram grandes, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895, eram seis; e nove em 1907. De cada 100 operários, correspondiam-lhe, respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que as dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores elétricos. (LENIN, 2012, p 37)

Nesse período, na Alemanha, “apenas 0,9% das empresas eram consideradas grandes empresas” (LENIN, 2012, p 37). Nelas estavam empregados “39,4% dos 14,4 milhões de operários alemães.” Para termos a dimensão de como ocorreu a concentração industrial na Alemanha, observamos que “75,3% de cavalo-vapor e 77,2% dos KW de energia disponível” (LENIN, 2012, p 37) fora para essas grandes empresas. Menos de 1% das empresas consumiam mais de 77% de toda energia disponível na Alemanha. Esse é o quadro da concentração industrial na Alemanha no último quartel do século XIX: milhares de pequenos e médios capitalistas da Alemanha completamente submetidos a grandes capitalistas com poder financeiro²⁷.

O avançar do capitalismo na Alemanha era rápido ao ponto dela “alcançar a posição de potência capitalista e, no campo internacional, colocar-se no páreo pela moderna divisão imperialista do globo.” (TONET e NASCIMENTO, 2009, p. 10). É nesse cenário que temos a consolidação institucionalização da social-democracia como partido político, tendo a Alemanha como palco desse processo.

²⁶ Lenin (2012) afirma que o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro.

²⁷ Basta lembrar que a era monopolista é a era das *sociedades de ações* e da *financeirização do capital*, que ocorre através da fusão de capitais monopolistas industriais com bancários: “os bancos compram ações dos monopólios (...) e se convertem em seus co-proprietários. Por seu turno, os monopólios industriais também possuem ações dos bancos com que se relacionam. Em consequência, produz-se o enlace, a fusão do capital monopolista bancário com o capital monopolista industrial.” (NIKITIN *apud* NETTO, 2012, p 192).

2.3 A Social-Democracia Alemã na Segunda Internacional

Realizado em 1875, o *Congresso de Gotha* unifica as duas principais forças do movimento socialista da Alemanha, criando o Partido Social-Democrata da Alemanha (SDP). A unificação dos partidos socialistas da Alemanha no Congresso de Gotha não é um mero acidente de percurso da história, tem, na verdade, suas bases galgadas no processo de acumulação do capital, conforme analisamos ao final do item anterior. São os nexos internos dessa articulação orgânica que analisamos no decorrer dos próximos itens, articulando com as particularidades da constituição do capitalismo na Alemanha.

Mesmo tendo como resultado da unificação de forças socialistas da Alemanha, o *Congresso de Gotha* coloca-se como uma das forças que expressam a falência da Primeira Internacional. O nascimento, portanto, da alternativa social-democrata se dá no processo de decadência e desintegração da Primeira Internacional²⁸.

O *Congresso* em Gotha adota a política reformista como linha partidária do partido recém criado e a via parlamentar como meio para as conquistas da classe trabalhadora. Como o SDP se torna o eixo da Segunda Internacional, o reformismo começa a ressoar fortemente no interior do movimento operário.

A tradição social-democrata compõe a base da Segunda Internacional. Os teóricos mais influentes da social-democracia, Karl Kautsky e Eduard Bernstein, são “signos da vulgarização que a obra de Marx sofreu no período da Segunda Internacional” (TONET; NASCIMENTO, 2015, p. 11). Rosa de Luxemburgo, por sua vez, enfrenta o debate com Bernstein no interior do SDP e, os elementos constitutivos desse confronto acabam criando uma divisão no interior do partido. Para compreendê-los, precisamos resgatar a origem da social-democracia.

Na primeira metade da década de 1860, a Alemanha observa o despertar do movimento operário a partir da introdução das discussões e lutas trazidas pelos operários que haviam trabalhado nos principais centros de organização política dos trabalhadores. As fundações dos seus dois principais partidos socialistas datam desse período.

²⁸ Ver item 2.1

Por duas décadas, entre 1850 e 1870, a Alemanha vivencia um processo acelerado de desenvolvimento econômico, fato que, na análise de Loureiro (2005), permite criar terreno para a unificação nacional.

O século XIX marca o desenvolvimento das forças produtivas da Inglaterra a partir da Revolução Industrial. Na Alemanha ainda não unificada os grandes proprietários de terras pré-capitalistas (*junkers*) ainda sobreviviam, tendo um papel político decisivo. O caráter atrasado do capitalismo na Alemanha é marcado pela sobrevivência da propriedade fundiária pré-capitalista adaptada ao mercado²⁹.

É nesse contexto que a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV) foi fundada por Lassalle em 1863 e conduzida por Wilhelm Hasenchever³⁰, Hasselmann³¹ e Karl W. Tolcke³². Um ano após a fundação da ADAV, Lassalle morre, substitui-o J. B. Von Schweitzer, o qual tinha como objetivo principal a manutenção da união dos operários nos quadros prusso-alemães.

Ora, a atuação política de Marx e de seus partidários era no sentido de internacionalizar a luta contra o capital. Nessa perspectiva, depois de alguns anos de luta, os partidários de Marx fundam em 1869, na cidade de Eisenach³³, o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP). Wilhelm Liebknecht³⁴, Wilhelm Brack³⁵ e Auguste Bebel³⁶, dirigentes socialistas próximos a Karl Marx, apóiam-se na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em Londres, em 1864, para criar um partido de caráter antagônico ao que estava posto sob a liderança de Schweitzer. Do seu congresso de fundação, em agosto de 1869, tivemos o Programa de Eisenach³⁷. Esse programa é o que dá ao partido uma orientação marxista condizentes com os princípios da Primeira Internacional, conforme explicita um dos seus pontos:

²⁹ Já séculos XIII e XIV, no decorrer do renascimento comercial e urbano, os grandes proprietários de terras passam a fornecer cereais para as cidades em crescimento.

³⁰ (1837-1889) Lassalliano, presidente da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães em 1871.

³¹ (1844-1916) Um dos líderes da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães; mais tarde torna-se anarquista e, em 1880, foi excluído da social-democracia.

³² (1817-1893) Lassalliano, líder da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães em 1865 e, a partir de 1875, membro do Partido Socialista Operário.

³³ Por isso, também conhecidos como "eisenachiano".

³⁴ (1826-1900) Jornalista, um dos mais importantes líderes do movimento operário alemão e internacional. Participou da Revolução de 1848-1849, foi membro da Liga dos Comunistas e co-fundador do Partido Trabalhista Social-Democrata da Alemanha.

³⁵ (1842-1880) Social-democrata e membro da seção do Partido Operário Social-democrata.

³⁶ Um dos principais dirigentes operários da Alemanha. Amigo e discípulo de Marx e Engels.

³⁷ O texto do programa foi publicado em conjunto com os estatutos do partido no jornal *Demokratisches Wochenblatt* (Liepzig, 14 de agosto de 1864, nº 33).

Considerando que a libertação do trabalho não é uma tarefa nem local nem nacional, mas sim social, a qual abrange todos os países em que existe a sociedade moderna, o Partido Operário Social-democrata considera-se, na medida em que as formas da associação o permitam, um ramo da Associação Internacional dos Trabalhadores, aderindo a suas lutas³⁸.

Na segunda metade do século XIX o cenário da Alemanha, até então marcado por um capitalismo atrasado e pela sobrevivência da propriedade fundiária pré-capitalista, sofre alterações. “Tanto a burguesia quanto os *junkers* se dão conta de que sua sobrevivência em uma Europa crescentemente industrializada e capitalista dependiam da unificação do país.” (LESSA, 2013, p 190), é nesse contexto de acordo entre a burguesia e os latifundiários que, em 1871, a Alemanha se unifica.

Em 1875, ocorre a unificação dos dois partidos operários da Alemanha: A ADAV une-se ao SDAP. Tal unificação se deu no Congresso de Gotha, o qual ocorreu entre os dias 22 e 27 de maio do ano anteriormente citado. O partido de Lassale e o partido de Liebknecht unem-se e formam o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD).

A unificação dos partidos operários da Alemanha não se explica em si. É necessário recorrer à história do movimento comunista para entender os nexos internos do surgimento da social-democracia como um movimento plural que se dá com base na aliança de partidos social-democratas que, apesar de se reivindicarem herdeiros do marxismo, direcionam a luta dos trabalhadores numa perspectiva antagônica do caráter que teve na Primeira Internacional.

A crítica de Marx a fusão dos partidos era direcionada ao reformismo social-democrata, portanto, caracteriza-se numa crítica ao credo no Estado. Por sua vez, Engels, em carta a Babel (1875), denuncia que a unificação dos partidos representava uma *interferência externa no projeto socialista*. Nesta mesma Carta argumenta que esta unificação é uma negação do princípio de que o movimento socialista deve ser um movimento internacional.

Ferdinand Lassalle, em *Carta Aberta ao Comitê Central pela convocação de um Congresso Geral dos Operários Alemães* em Leipzig, em 1863, afirma:

O Estado tem a obrigação de assumir a grande causa da associação livre e individual da classe operária (...). Em

³⁸ O Programa de Eisenach encontra-se nos anexos do livro MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 84 a 86.

primeiro lugar, é tarefa, destinação do Estado, *facilitar, assegurar* os grandes processos da civilização humana. Essa é sua *função, é com esse objetivo que ele existe*. É para isso que ele sempre serviu, que deve sempre servir (LASSALLE, grifo original)

Lassalle, com um “estatismo” o qual possui um nítido viés de inspiração hegeliana de esquerda, defende o Estado deve assumir a causa da classe operária. O Estado, que, para Marx, é o gerente dos interesses da burguesia, para Lassalle, pode assumir a causa da classe operária.

Começamos a estabelecer os nexos necessários à nossa análise através da crítica que Marx profere ao Programa de Gotha. Vejamos o que diz o *item II* do Programa:

Partindo destes princípios, o Partido Operário Alemão aspira, por todos os meios legais, ao Estado livre — e — à sociedade socialista; à supressão do sistema salarial juntamente com a lei de bronze do salário — e — da exploração sob qualquer figura; à eliminação de toda a desigualdade social e política.

A crítica de Marx a esse aspecto do Programa centra, nesse momento, em denunciar o silêncio à abolição do sistema de trabalho assalariado. Ao absorver sem questionar a lei de bronze dos salários, de Lassalle, o Programa pede apenas a “supressão do sistema salarial”. Ora, afirma Marx em sua crítica “superando o trabalho assalariado, é claro que se superam também suas leis, sejam elas ‘de bronze’ ou de ‘esponja.’” (MARX, 2012, p. 37)

Lassalle, na Carta aberta ao Comitê Central pela convocação de um Congresso geral dos operários alemães em Leipzig, determina e fundamenta a lei de bronze dos salários com as palavras a seguir:

o salário médio permanece sempre reduzido aos meios de subsistência necessários (...) Esse é o ponto em torno do qual o salário real gravita em movimentos pendulares (...). Ele não pode elevar-se muito tempo acima da média, pois isso ocasionaria, em razão das melhores condições de trabalho, um aumento da população trabalhadora, e com isso, de oferta de trabalho, o que voltaria a pressionar o salário para cima e para baixo de seu estado anterior. O salário também não pode cair duradouramente abaixo do nível desses meios de subsistência, pois assim ocasionaria emigrações, celibato, queda da taxa de natalidade e, por fim, uma diminuição do número de trabalhadores – provocada pela miséria – que, desse modo, diminuiria a oferta de trabalhadores – provocada pela miséria – que, desse modo, diminuiria a oferta de trabalho e, por

consequente, levaria o salário novamente a seu estado anterior.
(LASSALLE, grifo nosso)

Numa perspectiva nitidamente malthusiana, Lassalle afirma em última instância que o salário não pode ultrapassar o mínimo necessário para a subsistência e concebe a explicação para tal afirmativa a partir da colocação de duas grandezas inversamente proporcionais: o número de trabalhadores e a oferta de trabalho.

Marx discorda veemente dessa perspectiva afirmando que “Lassalle (...) seguindo os economistas burgueses, tomava a aparência das coisas por sua essência” (MARX, 2012, p 39). Sabemos que as amarras do método utilizado pelos economistas burgueses os impediam de pensar a contradição entre aparência e essência, portanto, equivocadamente, conceberam a mais-valia e suas formas fenomênicas (a saber: lucros, juros e renda da terra) como manifestações contrárias.

Marx, numa nítida oposição à *lei dos salários* posta por Lassalle, revela que nesse sistema:

a relação entre capital, acumulação e a taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. **Não é, portanto, de modo algum, uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito a relação entre não pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora.** Se cresce a quantidade de trabalho não-pago e o trabalho pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só para só com um acréscimo extraordinário do trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. (MARX, II, p 193, grifo nosso)

Vejamos que Marx capta a contradição do movimento enquanto essência e, por isso, afirma que é a relação entre o trabalho não pago e o trabalho pago, que determina os salários.

Mesmo que a falsa concepção lassalliana acerca da lei de bronze dos salários fosse verdadeira, diz Marx (2012), o texto acima citado do Programa de Gotha estaria equivocado e pregando “um retrocesso verdadeiramente revoltante”

(MARX, 2012, p 38), pois ao pedir a eliminação de toda desigualdade social e política, mais uma vez o *Programa* cala para abolição das classes e ignora que “com a abolição das diferenças de classe, desaparece por si mesma toda desigualdade social e política delas derivada” (MARX, 2012, p 37).

Outro ponto da crítica de Marx ao Programa é sobre a criação de cooperativas de produção com auxílio estatal. Vejamos o que diz o Programa:

O Partido Operário Alemão reclama, para preparar a via para a solução da questão social, o estabelecimento de cooperativas produtivas com ajuda do Estado, sob o controlo democrático do povo trabalhador. Há que chamar à vida as cooperativas produtivas, para a indústria e a agricultura, num volume tal que surja delas a organização socialista do trabalho total.

A organização do trabalho, nos moldes que está no programa, não surge a partir da transformação da sociedade por via de um processo revolucionário, mas sim, pelo estabelecimento de cooperativas controladas pelo Estado. Tal fato é digno de observação irônica de Marx: “é algo da presunção de Lassalle imaginar que, por meio da subvenção estatal, seja possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma ferrovia” (MARX, 2012, p. 40)

O programa do congresso de Gotha privilegia as teses de Lassalle e, nesse processo, os princípios do Programa de Eisenach, o qual buscava conceber ao partido uma orientação marxista condizentes com os princípios da Primeira Internacional, vão perdendo força. O pano de fundo da submissão dos socialistas revolucionários aos “revisionistas” lassallianos nas formulações do Programa de Gotha é o próprio giro que o movimento dos trabalhadores vem sofrendo nos anos antecedem a Segunda Internacional - referimo-nos ao giro que muda o eixo da luta dos trabalhadores: o trabalho e a radical superação dos ditames do capital, a partir da consolidação da alternativa social-democrata, perdem paulatinamente seu lugar central para a política, a reforma e o parlamento.

São nos debates em torno da Segunda Internacional que a tradição social-democrata se faz presente. Tonet e Nascimento (2015) afirmam que é com esse pano de fundo que a social-democracia adentra no palco político, constituindo-se como uma tendência heterogênea, haja vista que após a Primeira Guerra Mundial e no decorrer da II Internacional se expressa em duas correntes distintas: uma reformista e outra revolucionária. Nesse sentido, Alan Birg (2000) afirma que apenas

a via reformista continuará a se valer do emblema de social-democracia. “Na linguagem política vinculada ao segmento revolucionário”, segundo os autores:

esse mesmo termo [social-democracia] tornar-se-á progressivamente uma injúria com função de anátema, autojustificação e sobretudo a degeneração de qualquer paternidade com a versão declarada do modelo social-democrata. (BIRG *apud* TONET; NASCIMENTO, 2015, p 10)

Ainda segundo a argumentação dos autores anteriormente citados, a corrente revolucionária no interior da social-democracia, historicamente, deixa de se valer dessa representação, pois, lenta e gradualmente, foi perdendo espaço no seu respectivo partido.

O início da Segunda Internacional se dá em 1889, concomitante ao centenário da Revolução Francesa. Em meio de dezenas de congressos internacionais, um deles, organizado por socialistas alemães, fica marcado como o primeiro Congresso da Segunda Internacional. Nele foi decidido “apoiar a luta pela jornada de oito horas de trabalho que a Federação Norte-Americana do Trabalho (AFL) realizava” (SAGRA, 2005, p 25). Apesar de não estar presente no congresso, a AFL pede apoio para a campanha das oito horas, marcada para começar em 01 de maio do ano seguinte. Nos anos seguintes, a Segunda Internacional vai aumentando sua influência no interior do movimento comunista.

O terreno que se instala com a tendência reformista no interior da social-democracia é a conciliação com capital. Mézáros afirma que assim, o capital “pode ajustar suas defesas às movimentações de seu adversário com todos os meios à sua disposição, tanto no plano econômico como na esfera jurídico-político.” (MÉSZÁROS, 2012, p 364).

O exame do processo de industrialização na Alemanha amplia nosso prisma de análise acerca da institucionalização e consolidação do modelo social-democrata. Em carta a Bebel, em 11 de dezembro de 1884, Engels argumenta sobre o pleno desenvolvimento da Revolução Industrial na Alemanha. Para ele, trata-se de “uma Revolução Industrial muito mais profunda e completa e especialmente mais ampla que a de outros países; e isso com um proletário perfeitamente fresco e intacto, não desmoralizado por derrotas” (SAGRA, 2005, p 21). Depois, atribui a Marx o conhecimento que o proletário alemão possui “das causas do desenvolvimento

econômico e político, e das condições de uma revolução eminente, como não tiveram nenhum de seus predecessores” (SAGRA, 2005, p 21).

Essa conjuntura vigente na Alemanha fortalece os sindicatos, mas também o SPD, prova disso é que “nas eleições para câmara dos deputados a votação do partido social-democrata passou de 102.000 votos em 1871 a 493.000 em 1877. Em 1884, o partido obteve 550.000 e em 1890 triplicou essa cifra” (SAGRA, 2005, p 23). Nem a legislação de exceção anti-socialista, promulgada por Bismarck, consegue barrar o crescimento do SPD. É importante nos atentarmos para essa questão: mesmo na ilegalidade o SPD consegue expressiva (e crescente) votação, recruta vários membros e até elege deputados – estes, obviamente, dada ao funcionamento ilegal do Partido, eram apresentados como independentes. O parlamentarismo, ganha paulatinamente, cada vez mais espaço.

Em outubro de 1890, a legislação de exceção anti-socialista é revogada e o SPD é legalizado. Sobre esse processo, Del Roio afirma:

A legalização do SPD e a consolidação da estratégia parlamentar permitiram o afluxo de uma vaga de novos militantes, sindicalistas e pequenos proprietários, que deram o substrato cultural do reformismo. Desde 1891, um líder sindical da Baviera, Von Vollmar, defendia abertamente a ênfase nas tarefas imediatas, a necessidade de os trabalhadores aproveitarem a fase expansiva do capital para melhorar sua situação econômica, além de prestar apoio à “política de paz da tríplice Aliança”. A necessidade de ampliar e diversificar a base social do partido de modo a angariar votos em outras camadas e em regiões mais atrasadas forçou alterações não só no programa como na composição social do SPD. Dirigentes sindicais, funcionários do partido e representantes parlamentares foram os principais fatores da inserção subalterna do movimento operário e da social-democracia na ordem do capital, limitando sua luta a melhores condições de vida e direitos de cidadania dentro do Estado, ainda que fosse em troca do apoio à militarização e às conquistas imperialistas em detrimento de outros povos (DEL ROIO, 2003, p 81).

Essa tradição social-democrata rege os debates no interior da Segunda Internacional. Esta, conforme a primeira, foi um movimento plural, mas não contém em si o caráter revolucionário contido na Primeira Internacional.

A Segunda Internacional é marcada por vários congressos, o de Basiléia, em 1912, decreta seu fim. Nesse congresso, os dirigentes da Segunda Internacional, dentre eles, Kautsky, apesar de votar pela aprovação do manifesto contra a guerra e defendem os governos imperialistas quando a guerra eclode.

Portanto, é com o abandono das posições internacionalistas do movimento operário por parte dirigentes da Segunda Internacional e o estabelecimento de alianças com as burguesias nacionais na Primeira Guerra Mundial em 1914, que temos o fim da Segunda Internacional praticamente decretado, uma vez que a luta de classes foi colocada a serviço do imperialismo.

Os teóricos da Segunda Internacional, buscando levar o pensamento de Marx às massas, estabelecem uma interpretação da obra marxiana que a modifica radicalmente. Para Netto, essa modificação “consiste, fundamentalmente, na conversão da obra de Marx em uma concepção de mundo (isto é: uma visão de conjunto da natureza e do homem, um sistema completo e acabado.)” (NETTO, 1990, p 38). Para esses teóricos, nascia um “novo marxismo”.

Eduard Bernstein e Karl Kautsky são os nomes mais importantes e influentes do movimento social-democrata. Bernstein, socialista alemão, propôs uma revisão do marxismo e, no decorrer dos anos de 1896 e 1898, publica na *Die NeueZeit* artigos com o propósito de “revisar” a obra de Marx e “oferecer uma via de saída para a crise estratégica na qual se encontrava a social-democracia, resolvendo o descompasso entre o discurso e a prática política” (DEL ROIO, 2003, p 80). Kautsky, por sua vez, além de um dos principais teóricos e dirigentes da social-democracia alemã, foi um dos anunciadores do marxismo no transcorrer da Segunda Internacional.

Bernstein, motivado pela perspectiva reformista que se instalava de forma cada vez mais latente no interior da social-democracia, defendia a “ação política como dever mais importante do movimento” (BERNSTEIN, 1964, p 116). Sua afirmação é uma nítida oposição ao que propôs Marx no Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores, nesse texto já citado por nós, Marx afirma que “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado” (MARX, 2012, p 79). Ademais, Bernstein ainda afirma que “(...) o que tão comumente se chama de objetivo final não é nada, o movimento é tudo” (BERNSTEIN, 2000, p 51). Por movimento, ele entende “tanto o grande desenvolvimento social em geral como o grande movimento da classe operária.” (BERNSTEIN, 2000, p 51).

No primeiro de *Socialismo Evolucionário*, sua principal obra, Bernstein além de tratar o marxismo como uma doutrina, rejeita claramente o método dialético. O verdadeiro propósito dessa rejeição – logicamente sem base material e motivada por

um viés político e apoiada em seu fundamento reformista – só aparece se analisarmos com cuidado sua argumentação - são muitas as passagens que encontramos a base teórica do reformismo. Passo a passo, para Bernstein (1964), o movimento dos trabalhadores consegue sua emancipação, transformando a sociedade.

Essas formas de ‘revisionismo’, conscientemente ou não, não raramente apresentam-se como uma ‘interpretação’ de Marx. Em dados momentos históricos, destacam-se do pensamento de Marx fragmentos textuais, os quais são analisados isoladamente, geralmente desconectados da realidade a qual estão inseridos, para que possam ser funcionais a uma ou outra interpretação. Em *Estruturalismo e a Miséria da razão*, Coutinho afirma que

quando não é iluminado por uma justa consciência teórica, quando capitula espontaneamente a realidade anunciada, o movimento de inspiração marxista tende a assimilar ideologias burguesas, ou, mais precisamente, a responder de modo irracionalista ou ‘ativista’ aos períodos de crise, e de modo positivista e agnóstico aos períodos de estabilidade capitalista (COUTINHO, 1972, 171)

Quando subordinados a elementos da ideologia burguesa, as categorias de Marx, pelos revisionistas fetichizadas, passam a representar o verdadeiro marxismo. Assim, “abria-se, tacitamente, o caminho para a conversão da teoria em uma verdadeira doutrina — caminho ulteriormente percorrido pelo dogmatismo da Terceira Internacional,” (NETTO, 1990, p 39).

Coube a Rosa de Luxemburg, uma jovem intelectual judia-polonesa a qual chega à Berlim em 1898 para militar no SDP, travar o debate teórico com Bernstein. Quando chega à Berlim, Rosa encontra um cenário de debates efervescentes com o *Bernstein-Debatte*. Del Roio (2003), ao analisar esse processo afirma que, anos depois de chegar ao SDP, Rosa germina a refundação da crítica socialista, deixando claro que “tanto a ‘ortodoxia’ de Kautsky quanto o ‘revisionismo’ de Bernstein não passavam de duas faces da subsunção real da cultura política do movimento operário pelo Estado e pela ideologia do capital.” (DEL ROIO, 2003, p 81).

Em seu livro *Reforma ou revolução*, Rosa estabelece longos e intensos debates com Bernstein. Primeiramente reconhece que “o livro de Bernstein é de grande importância teórica para o movimento operário alemão e internacional: é a primeira tentativa de dar às correntes oportunistas na social-democracia uma base

teórica.” (LUXEMBURGO, 2010, p. 115). Em seguida afirma que além da primeira, é a última tentativa de fornecer bases teóricas ao oportunismo:

Dizemos a última porque, no sistema bernsteiniano, tanto por seu lado negativo, na abjuração do socialismo científico, como pelo positivo, no amálgama de toda a confusão teórica disponível, ele se adiantou tanto que mais nada lhe resta fazer. Com o livro de Bernstein, o oportunismo coroou o seu desenvolvimento político (tal como completou o seu desenvolvimento prático com a posição tomada por Schippel na questão do militarismo) e chegou às suas últimas consequências (LUXEMBURGO, 2010, p. 118, grifo do autor).

Em mais um debate entre Rosa e Bernstein, este último é por ela indagado: “como suprimir progressivamente, ‘pela via legal’, a escravidão do assalariado, se ela não está absolutamente expressa nas leis?” (LUXEMBURGO, 2010, p. 101). Indaga-o, explicitando, em seguida, a debilidade central das formulações bernsterianas:

Bernstein, que quer pôr mãos à obra da reforma legal, para por esse meio suprimir o capitalismo, vai encontrar-se na mesma situação daquele policial russo de Uspensky, que conta sua aventura: ‘num movimento rápido, peguei o sujeito pelo colarinho. Mas que vejo? O desgraçado não tinha colarinho!’ Ora, é precisamente esta a dificuldade. (LUXEMBURGO, 2010, p. 101).

Bernstein não via o socialismo como uma ruptura na ordem, ao contrário. Na concepção dele, uma série de reformas legais seria suficiente para “tratar” as contradições de classe, pois ele argumentava que

(...) o capitalismo havia dado solução às crises econômicas de caráter cíclico. As nascentes ‘sociedades anônimas’ indicariam formas de descentralização do capital, em oposição à tese de Marx. Negava, ademais, a proletarização crescente, diante do surgimento de novas camadas sociais intermediárias. Com isso, o socialismo não seria produto de uma ruptura da ordem, consequência de uma crise de grandes proporções, mas sim de uma série de reformas sociais legais, decorrentes da luta sindical que transferiria parte da riqueza social para os trabalhadores e da democratização política. Assim, poder-se-ia promover um crescente controle social da produção e o paulatino esvaziamento das contradições de classe, a generalização da cidadania e a dissolução do Estado na “sociedade”, permitindo então a difusão da justiça social. (DEL ROIO, 2003, p 80)

Para Luxemburg (2010), é na prática que os elementos do oportunismo mostram sua ineficiência, para a autora:

A cada tentativa prática, encarrega-se essa teoria de revelar por si mesma a própria nulidade: o socialismo de Estado, o socialismo agrário, a política de compensação, a questão da milícia são outras tantas derrotas para o oportunismo. Está claro que, para manter-se contra os nossos princípios, tal corrente devia logicamente acabar investindo contra a própria teoria, contra os próprios princípios, em vez de ignorá-los; havia de tentar abalá-los e elaborar uma teoria própria. A teoria de Bernstein é precisamente uma tentativa nesse sentido, e é por isso que vimos, no congresso de Stuttgart, todos os elementos oportunistas imediatamente cerrarem fileiras junto à bandeira bernsteiniana. Se, na atividade prática do Partido, as correntes oportunistas constituem fenômeno inteiramente natural, explicável pelas condições especiais de nossa luta e seu desenvolvimento, é a teoria de Bernstein tentativa não menos natural de agrupar essas correntes em uma expressão teórica geral, elaborar condições teóricas próprias e romper o socialismo científico. Eis porque a teoria de Bernstein veio pôr à prova teoricamente o oportunismo, foi sua primeira legitimação científica. (LUXEMBURGO, 2010, p. 116).

Apesar de, teoricamente, Rosa ter vencido os debates contra Bernstein no interior do SPD, são as teorias deste último que se propagam. Meszáros afirma que a autora mencionada não conseguiu

deter a crescente influência dos princípios expressos nesse pequeno livro, a despeito do rigor intelectual e da clareza de sua análise, juntamente com o peso histórico e as provas econômicas que apresentou em sua demonstração da superficialidade, do caráter retrógrado e até da falácia lógica do quadro conceitual e das recomendações práticas de seu adversário. (MESZAROS, 2012, p 376)

A crescente influência a qual Meszáros se refere não está historicamente morta, ao contrário, a obra de Bernstein acima citada até hoje é considerada como a “declaração clássica do socialismo democrático”, “tornando-se o marxista favorito (se não o único aceitável) de todos os pensadores liberal-burgueses, inclusive Max Weber” (Meszáros, 2012, p 376).

A argumentação que se segue finca suas bases na análise acerca do “Estado de Bem-Estar social” e da aristocracia operária e, com base nessa argumentação,

buscamos demonstrar a ineficácia do modelo social-democrata no que se concerne à ruptura com a ordem do capital, bem como a construção do socialismo.

3 A INEFICÁCIA DA ALTERNATIVA SOCIAL-DEMOCRATA NA RUPTURA COM A ORDEM DO CAPITAL

O caráter peculiar da social-democracia consiste em exigir instituições democrático-republicanas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia.

Karl Marx

Em a *lei geral da acumulação capitalista*, Marx argumenta que o capital cria, por meio de seu movimento – conforme já expomos: contínuo e ininterrupto - de expansão, permanentemente, uma superpopulação relativa à qual assume diversas formas. A superpopulação relativa para o capital, também conhecida como Exército Industrial de Reserva, expressa, numa análise ainda introdutória, os trabalhadores desempregados.

O capital cria várias formas de superpopulação relativa. Na exposição de Marx, temos a população trabalhadora flutuante, a qual ganha dimensão no cenário econômico à medida que o capitalismo invade a agricultura, produzindo um excedente de trabalhadores – basta lembrarmos as migrações de força de trabalho do campo para as cidades. A população estagnada, para Marx, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, ocupada em atividades extremamente irregulares. Essa parcela da classe trabalhadora, comenta este autor:

absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também dos ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção de mercadorias. Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a 'produção da redundância' (MARX, 1985b, p 209).

Em seguida, Marx apresenta a parcela que considera “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” (MARX, 1985b, p 208), que habita, de acordo com ele, a “esfera do pauperismo³⁹”. Essa fração da classe trabalhadora se divide em três categorias: “abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o

³⁹Para ele, o pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 1985, p 209)

lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias” (MARX, 1985b, p 208), comenta o autor de *O Capital*,

Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a máquina perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. (MARX, 1985a, p 208)

Em *O Capital*, no mesmo capítulo o qual estamos trabalhando, Marx apresenta a fase de ascensão do ciclo de acumulação de capital acompanhado de uma demanda crescente por força de trabalho. Para esse autor, uma parte maior do sobre produto criado pelos trabalhadores,

flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de maços de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva (MARX, 1985b, p 191).

Contudo, essa parcela que flui de volta para o trabalhador em forma de salário, não diminui a dependência do trabalhador com relação ao capital, pois por mais favorável que seja a sua situação dentro do sistema capitalista, isso não elimina a constante necessidade de venda da sua força de trabalho para a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. Por isso, mais adiante, diz Marx,

melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto. (MARX, 1985b, p 191).

Ora, é evidente que essa melhoria das condições materiais de existência da classe trabalhadora têm limites. O que mais significa a elevação dos salários se não tão somente uma redução da parcela de mais-valia que é apropriada pelo capital? Ademais, acrescenta Marx, “essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema.” (MARX, 1985b, p 192). Em seguida, Marx reconhece que, em 99% dos casos por ele analisados, os esforços dos operários para elevar os salários,

não são mais do que esforços destinados a manter de pé o valor do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como mercadoria. (MARX, 1985b, p 184).

Ainda assim, a classe trabalhadora não pode se abster de lutar contra os abusos do capital na redução do seu salário. Criticar a social-democracia não é, de modo algum, negar a importância das reformas sociais e políticas que contemplam as demandas imediatas dos operários, é, na verdade, a crítica a ausência de questionamento ao poder do capital, o que em última instância, sempre tem a funcionalidade, velada ou não, de articular uma aliança entre classes. Pois, diz Marx, se os trabalhadores “em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura”. (MARX, 1982, p 184). Os movimentos de maior envergadura ao qual Marx se refere é a luta pelo socialismo, para que não restem dúvidas:

abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desse efeito; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção, que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõem, engendra simultaneamente as condições materiais e as *formas sociais necessárias* para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: *‘Um salário justo para uma jornada de trabalho justa’*, deverá escrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: *‘Abolição*

do sistema de trabalho assalariado' (MARX, 1982, p 184, grifos originais).

Conforme vimos, para a social-democracia, o Estado é o *locus* central da luta contra o capital. Ocupar um lugar no parlamento parece ser o eixo de sua prática, por isso, a defesa da conquista do Estado. Portanto o lema “Abolição do sistema de trabalho assalariado” parece não caber, e de fato não cabe, em suas bandeiras. Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx argumenta que

O caráter peculiar da social-democracia consiste em exigir instituições democrático-republicanas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia. (MARX, 1982, p 55)

As revoluções do século XX e a constituição do denominado “Estado de Bem-Estar Social” nos mostrou que o caminho reformista em direção ao socialismo não obteve êxito. É nesse sentido que para Tonet e Nascimento (2015) “o projeto de pôr fim a exploração capitalista afastou-se progressivamente do caráter de luta de massas para transformar-se cada vez mais em uma disputa corporativa e burocrática” (TONET; NASCIMENTO, 2015, p 16).

A alternativa social-democrata busca “humanizar” e “domesticar” o capital, tanto no silêncio ao caráter de classe do principal aparelho de reprodução do capital – o Estado, quanto na orientação das lutas por via do parlamento como a única maneira possível de alcançar os interesses dos trabalhadores. As teses reformistas, nesse sentido, dificultam a crítica radical na ordem do capital.

3.1 O Reformismo e o “Estado de Bem-Estar Social”

O “Estado de Bem-Estar Social” é concebido em nosso estudo conforme análise de Sérgio Lessa⁴⁰, como *um falso socialmente necessário*, o qual surge para esconder a verdadeira essência do processo: a tentativa do capitalismo de conter a

⁴⁰ LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

tendência à queda da taxa de lucro através do aumento da exploração da força de trabalho.

Diferentes perspectivas teóricas tentaram traçar uma definição para o Estado de Bem-Estar Social. Todas essas tentativas, Lessa (2013) classifica como infrutíferas. Para ele, essas dificuldades não são conceituais em si, na verdade “decorrem da tentativa de explicar um complexo da reprodução social, o Estado, desvinculado do seu solo fundante: a reprodução material da sociedade, a economia.” (LESSA, 2012, p 182). É nesse sentido que estabeleceremos a análise adiante.

A ampla literatura acerca dessa temática⁴¹ convencionou chamar de Estado de Bem-Estar Social um Estado de inspiração keynesiana, regido por princípios democrático e que, sobretudo, tenha como pauta a intervenção estatal na economia a partir da ampliação de políticas públicas em seu interior. Dentre essas “características” do “Estado de Bem-Estar”, o princípio democrático nos parece o mais problemático. Sobre esse aspecto, Lessa estabelece algumas indagações:

Podemos definir como democráticos Estados como os da França e dos Estados Unidos, que discriminavam os argelinos e os negros, respectivamente, de suas cidadanias? Poderiam ser democráticos Estados que favoreceram com suas políticas urbanas a especulação imobiliária e condenaram milhões de seus cidadãos aos guetos, slums, cortiços e favelas de todos os tipos? Que financiaram a transformação da saúde em big business nas mãos da indústria farmacêutica e afins? 117 Que converteram a educação em mercado consumidor de livros e outros materiais didáticos para maior glória de grandes corporações? Que organizaram a sala de aula como centro de lavagem cerebral e doutrinação de suas juventudes? Seriam democráticas as ações da Inglaterra na Irlanda, dos EUA no Vietnã, da França na Indochina e na Argélia, em uma lista de intervenções imperialistas que poderia se alongar por algumas páginas? Em que definição de democracia seriam aceitáveis Estados que, durante os “30 anos dourados”, desenvolveram, empregaram e disseminaram o uso da clean torture, como a França, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha? Deportar milhares de suas crianças e adolescentes às ex-colônias para servirem de mão de obra escrava qualifica um Estado como democrático? (LESSA, 2013, p. 176)

⁴¹ Das formulações relevantes em âmbito mundial, destacamos a de Espingh-Anderson na obra *The three Worlds of Welfare Capitalism* de F. R. Coll em *Las democracias*. Uma análise dessas obras encontra-se no Capítulo I do livro *Capital e Estado de Bem Estar*, autoria de Sergio Lessa. No Brasil, nos debates acerca do Estado de Bem Estar Social na produção bibliográfica do Serviço Social, a produção de maior destaque é a de Bering e Boschetti, intitulada de “Política Social: fundamentos e História”.

Para este autor, “aqueles que definem os Estados de Bem-Estar como democracias”, não lhes restam mais do que duas alternativas: “devem redefinir a democracia para torná-la compatível com a tortura, com as políticas públicas a serviço da ampliação da lucratividade do capital e com o imperialismo”, ou então, segundo ele, “não mais definir como democráticos os Estados de Bem-Estar”. (LESSA, 2013, p. 176).

Historicamente, os teóricos que abordam a temática a qual estamos analisando, não raramente, datam historicamente esse fenômeno no período posterior a segunda grande guerra mundial, no intervalo dos “30 anos gloriosos do capitalismo”. Contudo, no período imediatamente posterior a Primeira Guerra Mundial, temos a adoção de Políticas Públicas em diversas áreas: seguridade, educação, moradia, dentre outras. Essas políticas de inspiração keynesiana são típicas do Estado de Bem-Estar Social, o qual, conforme assinalamos anteriormente, é um processo constantemente datado no Pós-Segunda Guerra Mundial. Tomemos a Inglaterra como exemplo:

Ao final do século XIX, a preocupação na Inglaterra com o crescimento da Alemanha de Bismarck, que adotava políticas sociais, aumentou a pressão pela busca de uma maior eficiência e maior estabilidade da economia mediante uma intervenção estatal que centralizasse e potencializasse os esforços localizados na reprodução da força de trabalho, na sua educação e treinamento profissional (LESSA, 2013, p 177)

Essa crescente tendência intervencionista assumiu uma dimensão mais ampla a partir da Primeira Guerra Mundial. Page (2002) Nunes (2010) e Schaffer (1991) *apud* Lessa (2013), afirmam que a Primeira e a Segunda Guerra Mundial ampliam a intervenção do Estado na economia. Sobre a ampliação dessa tendência intervencionista na Primeira Guerra Mundial, Lessa argumenta:

Pensões para os dependentes do pessoal mobilizado, benefícios para as viúvas e órfãos, algum controle do preço dos aluguéis foram logo seguidos pela percepção de que as encomendas estatais durante a guerra reduziram o desemprego de mais de 3 milhões de trabalhadores para menos de 1 milhão em 1917, com um aumento de salário para aqueles diretamente envolvidos na produção bélica (LESSA, 2013, p 177).

Em seguida afirma que

Este rápido panorama de alguns poucos países deve ser suficiente para demonstrar como, ao longo de meio século, entre 1890 e 1940, os Estados capitalistas imperialistas e vários dos países da periferia do sistema vinham adotando com frequência cada vez maior uma prática de intervenção do Estado por meio de políticas públicas. Das encomendas bélicas, das obras de infraestrutura até os setores da educação e saúde, o Estado aumentou a sua presença. As diferenças muito significativas entre os países, que não devem ser ignoradas, também não devem velar o fato de que antes de 1945 já estava em ação uma tendência de fundo e de longo prazo no sentido de uma maior intervenção do Estado na economia. A maior parte da bibliografia acerca do Estado de Bem-Estar não hesitaria em classificar, houvessem ocorrido após 1945, tais intervenções como keynesianas. (LESSA, 2013, p 177).

Nesse sentido, observamos uma nítida continuidade entre a função que o Estado exerceu antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Afirmamos, portanto que o recorte da generalização das políticas sociais nos limites do intervalo histórico dos *30 anos gloriosos do capitalismo*, é, dentro do nosso prisma de análise, insustentável, haja vista que identificamos a generalização das políticas sociais já no século XIX, com Bismarck.

Percebemos que estudos acerca do Estado de Bem-Estar Social assumem um conteúdo diferente em cada autor. Esse processo, no entender de Lessa, “não serve para designar um fenômeno objetivo, senão para ‘capturar’ o ‘Zeitgeist’, como diria Howe, ‘a mais traiçoeira das ilusões’ dos ‘anos dourados’.” (LESSA, 2013, p 183). Para este autor, o Estado de bem-estar, “ao fim e ao cabo, não passa de uma falsa categoria para explicar um fato criado pela própria teoria.” (p 184)

Afirma-se a existência do Estado de Bem-Estar (um Estado “ampliado” que teria rompido com um pretenso Estado “restrito” do passado, que democratizaria a sociedade, distribuiria riqueza e desmercadorizaria a vida cotidiana) para, depois, enfrentar-se o problema do que viria a ser, ao final das contas, este mesmo Estado de Bem-Estar. Como a “lógica” das transformações da relação do Estado com a economia está nesta, e não naquele; como a “autonomia relativa” do Estado para com a sua base material apenas existe no interior da determinação predominante da economia sobre o complexo estatal, buscar no Estado de Bem-Estar sua própria lógica não pode senão conduzir – como tem conduzido – a teorias que substituem a história por variadas “formas de loucura”. (LESSA, 2013, p 184)

Com base em Lukács (1981), Lessa (2013) afirma que uma das funções sociais da ideologia é a de produzir um falso socialmente necessário para justificar o *status quo*. Para este autor, “o falso socialmente necessário comprova a sua pretensa veracidade teórica pela sua utilidade prática, imediata, na justificação da ordem.” (LESSA, 2013, p 183). Ora, o falso socialmente necessário exige, como fenômeno imediato que se propõe justificar o *status quo*, uma aparência de verdade. Nesse sentido, ele exige uma base material para o fundamento dessas operações teóricas. No processo o qual estamos estudando, essa base material advém da “necessidade de reprodução ampliada do capital monopolista ao longo do século XX.” (LESSA, 2013, p 186), sendo mais específico: “o primeiro fator na gênese da noção de Estado de Bem-Estar, a sua base fundante, está na necessidade de o capitalismo monopolista resistir à tendência de queda da taxa de lucro pela ampliação da mais-valia relativa.” (LESSA, 2013, p 187).

Marx trata sobre a lei tendencial a queda da taxa de lucro no Livro Terceiro de *O capital*. No primeiro tópico dessa parte expomos como se dá o processo de acumulação de capital a partir do processo de produção e circulação.

A composição orgânica do capital, como sabemos, se dá pela relação entre capital constante e capital variável. Uma composição orgânica alta se dá quando a proporção do capital constante é maior. Uma composição orgânica baixa, por sua vez, se dá quando a proporção do capital variável é maior. A tendência à queda da taxa de lucro se dá a partir de um aumento na composição orgânica do capital, ocorre, portanto, a partir de uma alta no capital constante.

Um aumento na composição orgânica do capital leva a um aumento na acumulação do capital, o que contraditoriamente, faz com que a taxa de lucro decline. Capital é contradição! Para entendermos melhor esse processo é necessário salientarmos que a mais-valia advém apenas da parcela variável do capital e o lucro advém do capital total (capital constante + capital variável). Dito que a mais-valia advém do capital variável, sua taxa só poderia ser determinada pela relação entre mais-valia e capital variável. A taxa de lucro, por sua vez, como advém do capital total, tem sua taxa determinada pela relação entre mais-valia e capital global (ou total). Portanto, um incremento no capital constante a partir da introdução de novos métodos produtivos, leva necessariamente a tendência à queda da taxa de lucro. Vejamos o exemplo que Marx nos fornece em *O capital*:

Para $c = 50$ e $v = 100$, temos $I' = 100/150 = 66,6\%$

Para $c = 100$ e $v = 100$, temos $I' = 100/200 = 50\%$

Para $c = 200$ e $v = 100$, temos $I' = 100/300 = 33,3\%$

Para $c = 300$ e $v = 100$, temos $I' = 100/400 = 25\%$

Para $c = 400$ e $v = 100$, temos $I' = 100/500 = 20\%$

Um capital variável (v) inalterado e um capital constante (c) sempre crescente, reduz a taxa de lucro do sistema capitalista. À taxa de lucro (I') declina á medida que cresce o capital constante. Uma contradição, portanto, coloca-se diante do sistema, pois o mesmo movimento que maximiza os lucros de cada capitalista é o que colide com o interesse dos capitalistas em conjunto. Mas, “nenhum capitalista”, diz Marx,

emprega um novo método de produção, por mais produtivo que seja ou por mais que aumente a taxa de mais-valia, por livre e espontânea vontade, tão logo ele reduza a taxa de lucro. Mas cada um desses novos métodos de produção barateia as mercadorias. Ele as vende portanto, originalmente acima do seu preço de produção, talvez acima do seu valor. Embolsa a diferença entre os custos de produção e o preço de mercado das demais mercadorias, produzidas a custo de produção mais elevados. Pode fazê-lo porque a média de tempo de trabalho socialmente exigido para a produção dessas mercadorias é maior que o tempo de trabalho exigido pelo novo método de produção. [...] Mas a concorrência generaliza-o e submete-o á lei geral [do valor]. Então se inicia o declínio da taxa de lucro [...], o que é totalmente independente da vontade dos capitalistas. (MARX, 1984, p 166)

Essa tendência, somente à custa de uma considerável falsificação teórica pode ser analisada desconectada das suas contratendências, pois “quaisquer que possam ser as mudanças corretivas imediatamente possíveis (...), o impacto negativo das interações tendências e contratendências herdadas do passado permanece como um problema importante”. (MÉSZÁROS, 2012, p 365). Para este autor, “toda tendência é de fato necessariamente neutralizada – em maior ou menor grau – por seu contrário durante os desenvolvimentos capitalistas.” (MÉSZÁROS, 2012, p 364), dessa forma “as tendências objetivas do processo econômico não se estabelecem de modo auto-controlado.” (MÉSZÁROS, 2012, p 367). Nesse sentido, a tendência à queda da taxa de lucro não é uma abstração teórica. É um movimento tendencial constitutivo do desenvolvimento do capitalismo. As leis econômicas são

sempre tendenciais, assim sendo, podem ou não se realizar, e devem ser examinadas em conexão com suas contratendências.

Como são tendências intrínsecas ao movimento econômico, Marx afirma que suas contratendências só podem ser identificadas na realidade objetiva. No desenrolar do *capítulo XIII* do *Livro Terceiro*, Marx analisa essas principais contratendências, são elas: *a elevação do grau da exploração de trabalho*, processo que ocorre a partir da produção de mais-valia absoluta ou relativa, mas que com o incremento do maquinário no processo produtivo se dá, sobretudo, a partir da extração da mais-valia relativa; *compressão do salário abaixo de seu valor*, grosso modo, redução salarial; *barateamento dos elementos do capital constante*, com isso, mesmo com uma composição orgânica alta – ou seja, uma parcela de capital constante maior – o seu valor pode reduzir, pois os elementos que o compõem sofreram um processo de desvalorização; *superpopulação relativa*, também denominada de “exército industrial de reserva”, que no capitalismo tem a funcionalidade de reduzir os salários⁴²; *comércio exterior*, com isso os países mais desenvolvidos passam a comercializar com os países menos desenvolvidos buscando vantagens que possam maximizar os lucros dos primeiros; e, por fim, o *aumento do capital por ações*, processo que surge conectado com a financeirização do capital, a qual é mais uma importante transformação que a economia sofre no estágio imperialista⁴³.

De todas as contratendências expostas e brevemente analisadas, a elevação do grau de exploração de trabalho é um elemento fundamental para entendermos a extração de mais-valia relativa, estabelecendo uma análise do que Lessa argumenta como “solo fundante da noção de Estado de Bem-Estar Social.” (LESSA, 2013, p 187).

De acordo com as exposições de Marx em *O Capital*, mais-valia é a apropriação do trabalho excedente, daquele trabalho que não compõe o tempo de trabalho necessário a produção de mercadorias⁴⁴. Na sociedade capitalista a produção de mercadorias é, essencialmente, produção de mais-valia – como dito anteriormente: apropriação do trabalho excedente. Nesse sentido, o capitalista pode

⁴² Uma análise mais ampla acerca da *superpopulação relativa* encontra-se no último tópico da Segunda Parte desse estudo.

⁴³ Novamente indicamos a leitura o livro do François Chesnais, *A mundialização do Capital*. Ver sobretudo os capítulos 9, 10 e 11.

⁴⁴ Uma ótima análise acerca desse aspecto encontra-se no livro “Trabalho e Tempo de trabalho na perspectiva marxiana”. Autoria de Artur Bispo Neto. Ver especialmente o capítulo 5.

extrair mais-valia de duas formas: de forma absoluta ou relativa. A primeira é a *forma típica* - a extração de mais-valia absoluta ampliando a jornada de trabalho, mediante um mesmo salário; ou reduzindo o salário, mediante a mesma jornada. A outra maneira de extração de mais-valia se dá pela forma relativa. O processo de extração de mais-valia relativa é fruto do desenvolvimento do capitalismo, da introdução de tecnologias mais avançadas no processo produtivo.

Dentro da era dos monopólios, a forma de resistência mais significativa a tendência à queda da taxa de lucro é a extração de mais-valia relativa a partir da elevação do grau de exploração de trabalho.

O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação dos mercados, e um poder de pressão política sobre o Estado, incomparáveis a qualquer fortuna burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos seus Estados nacionais. (LESSA, 2013, p 189)

Nesse momento histórico, o Estado consegue manejar e atender as necessidades de reprodução do capital de modo muito mais imediato do que no estágio anterior: o capitalismo concorrencial. O Estado começa a abandonar o liberalismo clássico e assumir uma postura intervencionista. Esse movimento é uma mudança de funcionalidade do Estado, o que em absolutamente nada altera a sua natureza de “instrumento da classe dominante contra os trabalhadores”, tal qual consta nas obras de Marx e Engels. Lessa afirma que, nesse período:

(...) crescem a intervenção do Estado na economia e o emprego do poderio militar nacional para decidir a concorrência internacional entre os grandes cartéis e monopólios. Ainda que sem a pujança futura, já no século XIX surgiram as primeiras políticas públicas. Como, concomitantemente, a política externa das nações passou a gravitar ao redor da disputa entre os interesses de seus respectivos monopólios. (LESSA, 2013, p 189).

É nesse sentido que “as disputas econômicas entre grandes capitais tendem a se converter em disputas bélicas”. (p 189). Das duas grandes guerras mundiais até a partilha da África Subsaariana entre as potências da Europa⁴⁵, para ficarmos apenas nesses acontecimentos, foram motivados pelos interesses do capital dos

⁴⁵ Um clássico acerca dessa temática é “A divisão da África Negra”, autoria de H. Brunschwig.

monopólios. Nessa perspectiva passamos a análise de um segmento privilegiado no seio do operariado, com salários consideravelmente melhores que a massa de trabalhadores e dispostos a negociar com o capital. Esse segmento é denominado por Lenin de *aristocracia operária*.

3.2 Aristocracia Operária e sua Aliança de Classe com o Capital

Conforme analisamos, o processo de unificação da Alemanha se dá de forma tardia, apenas no início da década de 1870. Por esse desenvolvimento tardio, não conta com colônias, diferentemente das grandes potências européias. Inicia-se então uma política expansionista da Alemanha, ao final do século XIX, com incidência maior no Marrocos e na África Subsaariana por decorrência da partilha da África Negra. Esse processo de expansão imperialista conduz, em 1914, à Primeira Guerra Mundial. Faz-se necessário esclarecer que ela

não está de modo algum confinada ao passado mais ou menos remoto, mas abrange toda linha de desenvolvimento que vai do colonialismo e do imperialismo explícitos até as formas mais mistificadoras da dominação da “periferia” pelos “países metropolitanos” (formas costumeiramente chamadas de ‘neocolonialismo’ e ‘neocapitalismo’). (MÉSZÁROS, 2012, p 368).

Essa expansão imperialista é o que sustenta e fortalece o poder do capital. Mézáros (2012) argumenta que as consequências negativas dessa expansão nos países capitalistas no final do século XIX se revelam sob dois aspectos principais: a própria expansão imperial e a vinculação das organizações da classe trabalhadora (partidos e movimento sindical) com o Estado Nacional Imperialista, conservando sua dependência com o Estado. A expansão industrial e colonial, segundo Lessa, “fortaleceu ainda mais esta aparência de que o Estado representa, também, os interesses dos trabalhadores” (LESSA, 2013, p. 191). O autor anteriormente citado explica que:

Por um lado, a expansão industrial, por suas necessidades próprias, faz surgir um setor mais desenvolvido, de produtos refinados e com tecnologia avançada, que emprega uma força de trabalho mais especializada e, por isso, de maior valor. Tecnologias mais avançadas tendem a atuar em um duplo sentido. Se, por um lado, simplificam as operações a cargo dos operários e demais trabalhadores, possibilitando o emprego de uma força de trabalho não especializada, por outro lado

ampliam a demanda por alguns poucos trabalhadores especializados, imprescindíveis a alguns nódulos do processo de produção (a distinção entre os ferramenteiros e o restante dos "peões" nas metalúrgicas fordistas etc.). Os salários deste setor tendem a serem os mais elevados de toda a cadeia produtiva. Ao mesmo tempo, a produção dos produtos mais refinados e com tecnologia superior requer a produção de matérias-primas, componentes, energia etc. que empregam uma força de trabalho muito mais rudimentar e menos especializada. (LESSA, 2013, p 191-192)

Temos que esse setor de trabalhadores especializados, com melhores salários, é o setor disposto a negociar com o capital. Temos, assim, a gênese da *aristocracia operária*: um segmento privilegiado da classe operária que, segundo Lessa (2013) antes de combater a burguesia e o grande capital nas lutas de classe, prefere negociar com ela. Em suas palavras:

Essa camada de operários aburguesados ou de "aristocracia operária", inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, **pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da Segunda Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista, verdadeiros veículos do reformismo.** Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos "versalheses" contra os "communards". (LENIN *apud* LESSA, 2013, 194, grifo nosso)

Sobre o surgimento da aristocracia operária na Alemanha, temos que

Tal como ocorrera em todos os países que se industrializaram, também a Alemanha vai assistir ao surgimento de um setor operário mais especializado, com ganhos melhores, maior capacidade de articulação e ação política devido à sua maior cultura e melhor formação profissional, ao lado de um outro setor, mais numeroso, composto de trabalhadores não especializados, com menos estabilidade no emprego, menor consciência política e menor capacidade de organização. Não será mero acaso que os maiores sindicatos e partidos operários tenderão, e não apenas na Alemanha, a ser liderados pelos operários e trabalhadores dos setores mais desenvolvidos da indústria. A mera expansão do parque industrial tende a criar empregos e, também, empregos mais bem remunerados – e a ativa política de desenvolvimento industrial do governo Bismarck podia ser apresentada como

voltada a gerar os empregos de que os trabalhadores necessitavam. (LESSA, 2013, p 191-192)

O reformismo que se instala no interior do movimento operário tem solo na aristocracia operária. Os setores de melhores salários e a pequena burguesia estavam convencidos que a melhor estratégia era a negociação com o grande capital, pois “o acesso a fontes de matérias-primas e energias mais baratas também possibilitou a produção de bens de primeira necessidade com menores custos, ampliando assim o poder de compra de parte dos trabalhadores alemães.” (LESSA, 2013, p 192). Assim sendo, esses trabalhadores com melhores salários “passam a tirar vantagens da brutal exploração dos trabalhadores das colônias. Quanto mais baratos os produtos coloniais, melhor para eles!” (LESSA, 2013, p 192).

Os setores mais especializados e, portanto, com melhores salários, começam a ter um poder de consumo dentro do mercado em expansão. Assim, “no interior do SDP da Alemanha, é impressionante como, desde 1870, há uma resistência cada vez maior dos sindicatos controlados pelo partido às posições de esquerda que se opunham às políticas imperialistas e belicistas” (LESSA, 2013, p 193). A consequência desse processo é uma fratura entre trabalhadores e operário que têm acesso ao mercado consumidor e trabalhadores e operários. Estes últimos produzem mais-valia para alavancar a acumulação de capital numa escala sempre crescente e propiciar uma maior amplitude no poder de compra do segmento mais especializado da classe trabalhadora.

Em 1980, a aristocracia operária já estava solidificada e visivelmente expressava sua estratégia de conciliação de classes. Tem como principal teórico o Adam Przeworski, o qual postula que

A social-democracia tem sido a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo. Os Partidos Reformistas têm recebido o apoio dos trabalhadores. Talvez ainda mais: para melhor ou pior, a Social Democracia é a única força política da esquerda que pode demonstrar um volume de reformas a favor dos trabalhadores.” (PRZEWORSKI *apud* LESSA, 2013, p 198).

Colocar a social-democracia como a única força política de esquerda é, além de reafirmar todas as teses reformistas, demonstrar que a centralidade da luta dos trabalhadores não é mais a luta pela superação radical da sociedade (portanto, a

luta pela supressão do trabalho alienado e a consolidação do trabalho livremente associado), mas sim, uma luta por reformas, uma luta que elege a via democrática para o socialismo e coloca o parlamento como central.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado não se limitou em refletir acerca dos elementos que explicam a constituição da tendência reformista no interior da social-democracia a partir de análises que se fecham *nela mesma*. Recorremos ao *processo de extravio teórico da perspectiva do trabalho* para entender, a partir desses elementos, como a luta revolucionária pela superação do capital cede, paulatinamente, lugar para a luta por reformas. Evidente que essa análise, além de perpassar pelo estudo das bases materiais do processo, perpassa também pela análise de parte da história do movimento operário.

Portanto temos que: das quatro importantes tentativas que tivemos no sentido de internacionalizar a luta de classes - referimo-nos as quatro Internacionais Comunistas - apenas a Primeira Internacional, a qual se deu sob a liderança política e teórica de Marx, centra na perspectiva da superação do trabalho alienado ao afirmar que *a emancipação dos trabalhadores é tarefa da própria classe trabalhadora*, e postula, nesse sentido, a entrada em cena do trabalho associado.

A entrada em cena do trabalho associado requer quebrar o poder político das classes dominantes. Nesse sentido, a revolução que se coloque, de fato, socialista, deve ser uma revolução *política com alma social*. A alma social da revolução não é uma mudança na *forma* de exploração a qual o homem é submetido, mas sim, a completa erradicação de qualquer forma de exploração. Nesse sentido, a *alma social* da revolução aparece quando entra em cena o trabalho associado.

Nesse sentido, entendemos que a emancipação política, única forma de emancipação possível na ordem do capital, em si, não questiona a produção de riqueza material nessa sociedade tampouco aponta para um horizonte revolucionário nos limites da sociabilidade do capital. Nesse sentido, ampliação ou democratização do Estado, por tudo que foi visto, não tem condições de liderar o processo de transformação.

Verificamos que o congresso em Gotha adota a política reformista como linha partidária do partido recém criado e a via parlamentar como meio para as conquistas da classe trabalhadora. O SDP, ao se tornar o eixo da Segunda Internacional, traz a sua tendência reformista para o interior do movimento comunista.

A segunda Internacional, por sua vez, inaugura o giro da retirada do trabalho como a base material para a construção de uma nova sociabilidade, concebendo a política como regente na luta pelo socialismo. A social-democracia alemã, a partir da unificação dos eisenacherianos e dos lassallianos no Congresso de Gotha, é quem inaugura esse giro. Muito disso deve-se a deturpação que seus os principais teóricos conceberam a obra marxiana. Nas palavras de Tonet e Nascimento (2015, p.09) ocorreu “um processo de extravio teórico da perspectiva do trabalho”.

Analizamos as tendências do movimento do capital em reprodução ampliada: os processos de concentração e centralização do capital, para captarmos a essência desse processo sócio-histórico, pois são “as contradições do processo sócio-histórico em curso praticamente realizaram em 1875 a unificação dos eisenacherianos e dos lassallianos, a qual, apenas alguns anos antes, em 1870, ainda parecia impensável.” (MÉSZÁROS, 2012, p. 371).

Nesse sentido, constatamos que o desenvolvimento técnico-científico propiciou que a mais-valia absoluta fosse extraída agora de forma relativa, de modo que um aumento salarial e uma maior representação política dos trabalhadores nos aparelhos burocráticos do Estado, não ameaçam a reprodução ampliada do capital.

Assim, atestamos que as transformações na reprodução do capital fornecem a aparência de verdade ao “Estado de Bem-Estar Social” o qual, concebemos em nossa análise, como *um falso socialmente necessário*. Mas, para que pudesse aparecer no solo da história como um *falso socialmente necessário*, precisaria de uma base material que servisse de sustentáculo para sua aparência de verdade. Com o desenvolvimento do capitalismo, suas tendências inelimináveis começam a aflorar, nesse sentido, analisamos uma de suas contratendências, a exploração da força de trabalho a partir da extração de mais-valia relativa, como um elemento que se coloca na base do surgimento da aristocracia operária. Por isso, começamos por desfazer esse mal entendido, para analisar o que se segue: a aristocracia operária, um segmento especializado da classe operária, que recebe melhores salários e opta por caminhar com o capital e não, contra ele. O combate cede lugar à estratégia de negociação entre as classes.

Lessa (2013) configura como um equívoco teórico caracterizar o “Estado de Bem-Estar Social” tão somente pela adoção de Políticas Públicas, pois, assim sendo, encontramos suas características até dentro do neoliberalismo. Em *Crise do socialismo e Ofensiva neoliberal*, Netto, após afirmar que a ofensiva neoliberal se

apóia sobretudo na polarização entre Friedrich Hayek e Milton Friedman⁴⁶, afirma, com base neste último, que “diante da miséria os neoliberais admitem um papel qualquer do Estado: uma renda mínima deveria caber aos pauperizados através de um mecanismo - gerido estatalmente - do tipo *imposto negativo de rendimento*, a ser implantado gradualmente.” (NETTO, 2007, p 80).

O caminho reformista ao socialismo, processo típico dos últimos cento e cinquenta anos, atribui a política dimensão regente do processo de luta pelo socialismo, não comportando, portanto, dentro dela, uma ruptura radical. Ora, se para a social-democracia a política é regente do processo de transição ao socialismo, há uma informação embutida nesse processo que merece análise: o Estado como protagonista da revolução. O Estado, para Marx, sempre será o mecanismo de opressão de uma classe sob a outra e de exploração do homem pelo homem. Para ratificarmos tal afirmação, recorremos às obras de juventude deste autor na qual há a seguinte afirmativa: “Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para opressão da outra” (MARX, 2010, p 23), pois “na medida em que o Estado é um instrumento de reprodução dessas relações sociais⁴⁷, é-lhe vedada a possibilidade de tomar medidas que eliminem os problemas sociais. Sua atividade só pode ser formal e negativa”. (MARX, 2010, p 23), portanto, “em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para opressão da outra”. (MARX, 2010, p 23).

A extinção do Estado é uma necessidade ontológica. Contudo, essa extinção só entra em cena a partir do momento que os fundamentos materiais que dão sentido à sua existência sucumbirem: a propriedade privada, o capital e as classes sociais.

A social-democracia confirma aos revolucionários a impossibilidade de alterar a lógica do capital pelo poder político. A nosso ver, o caráter proletário da Primeira Internacional, a única que não enveredou pela centralidade da política, deve ser resgatado, para que, de fato, tenhamos uma organização que possa transcender a ordem do capital.

⁴⁶Hayek é o principal nome da escola austríaca, enquanto Friedman é o principal nome da Escola de Chicago. Ambas as escolas estão dentro da perspectiva neoclássica da economia, tendência que surge a partir da entrada do capital em sua era monopolista e visa, sobretudo, deslocar a teoria valor trabalho para a teoria valor-utilidade. Grosso modo, isso significa que os preços das mercadorias, dentro da perspectiva neoclássica, não são determinados pelo tempo de trabalho necessário para produção da mercadoria, mas sim, pela utilidade que o bem gera para o consumidor. Por isso, é também conhecida como *teoria subjetiva do valor*.

⁴⁷O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção (MARX; 1985, p. 296).

Apontamos para a necessidade de (re) organização dos trabalhadores a nível mundial, assim sendo, o movimento dos trabalhadores na luta contra os ditames do capital não deve se dá de forma isolada ou fragmentada. Deve colocar-se, nos termos de Mészáros, como uma *ofensiva socialista de massa*, que tenha como horizonte de sua luta a superação do capitalismo em direção ao comunismo, o que perpassa pela construção de uma forma de trabalho que seja *livre, coletiva e universal*: o trabalho livremente associado.

REFERÊNCIAS

BARAN & SWEEZY. **Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CHASIN, José. A determinação ontonegativa da politicidade. **Verinotio – revista online de filosofia e ciências humanas**, São Paulo, n. 15, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.90872840854221.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. 2015.

CLAUDIN, Fernando. **A crise do Movimento Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEL ROIO, Marcos. Rosa Luxemburgo e as origens da refundação comunista. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, n. 32, 2003. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0032/ENCARTE32PG79A96.pdf> Acesso em: 15 de abr. 2015.

DUPONT, Eugène, *et. al.* Sobre a necessidade de uma organização internacional. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletário na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo**: por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: Editora UNESP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A Questão Judáica**. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl. **Carta a Ludwig Kugelmann**: 17 de Abril de 1871. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels170471.htm>>. Acesso em: 26 de ago. 2015.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo ‘o rei da Prússia e a Reforma Social: de um prussiano’**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Lisboa-Moscovo: Edições Avante! 1982

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Volume I, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Volume I, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Volume IV, tomo 1 (Parte Primeira). São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014a.

MARX, Karl. Sobre a Comuna de Paris. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014b.

MARX, Karl. Primeira mensagem do Conselho Geral sobre a Guerra Franco-Prussiana. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014c.

MARX, Karl. Segunda mensagem do Conselho Geral sobre a Guerra Franco-Prussiana. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014d.

MARX, Karl. Sobre a ação política da classe trabalhadora. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014e.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Normas gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014f.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LAFARGUE, Paul. Crítica da política de Bakunin, Karl Marx. *In*: MUSTO, Marcello. (Org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: Antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014g.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEGT, Oskar. Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo. *In*: HOBBSBAWM, Eric. **História do marxismo III**: o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PANIAGO, Maria Cristina (Org.) **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

PANIAGO, Maria Cristina. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

PROUDHON, Pierre Joseph. **A propriedade é um roubo**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

SAGRA, Alicia. **História das Internacionais Socialistas**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SALVADORI, Massimo L. A social-democracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massa e sobre as “diferenças” entre Oriente e Ocidente.

História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

TONET, Ivo. **Sobre o Socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda:** da centralidade do trabalho à centralidade da política. Acesso em 25 de março de 2015.